



**DA PROSTITUIÇÃO DE APARTAMENTO
NA CIDADE DE LISBOA:
CARACTERÍSTICAS E SIGNIFICADOS**

Alexandra Oliveira

Da prostituição de apartamento na cidade de Lisboa:

Características e significados

Alexandra Oliveira

- 2013 -

Título:

Da prostituição de apartamento na cidade de Lisboa: Características e significados
(Relatório de investigação).

Autora:

Alexandra Oliveira (Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação)

Colaborador de investigação:

Júlio Esteves

Equipa de terreno:

Júlio Esteves, Alexandra Oliveira

Apoio no tratamento dos dados:

Antónia Soares, Mafalda Mota

Entidade promotora:

GAT – Grupo Português de Ativistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA – Pedro Santos

Fotografia da capa: Alexandra Oliveira

Porto, novembro de 2013.



Lista de siglas

GAT - Grupo Português de Ativistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA – Pedro Santos

HSH – Homens que têm sexo com homens

IST – Infecção sexualmente transmissível

ONG – Organização não-governamental

MtF – *Male to female* (transexuais com identidade de género feminina)

SIDA – Síndrome da imunodeficiência adquirida

SNS – Serviço Nacional de Saúde

TS – Trabalhador/a/es/as do sexo

UP-FPCE - Universidade do Porto - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

VIH – Vírus da imunodeficiência humana

Índice

1. Introdução	01
2. Enquadramento	07
a. A intervenção junto de HSH e trabalhadores/as do sexo	07
b. O projeto HOSHO	09
3. Metodologia	12
a. Objeto e objetivos	12
b. Métodos e instrumentos	12
c. Procedimentos	15
d. Amostra	16
4. Apresentação e discussão dos resultados	22
a. Estudo quantitativo	22
i. Designação da atividade e motivos	22
ii. Outras fontes de rendimento e horas de trabalho	25
iii. Características da atividade sexual comercial e da vida dos/as trabalhadores/as do sexo	27
iv. Aspetos relativos à saúde	36
v. Aspetos positivos e negativos do sexo comercial e comparação com outras atividades profissionais	43
vi. Aspetos não relacionados com o trabalho sexual	45
b. Estudo qualitativo com homens e transexuais	50
i. Características sociodemográficas e de trabalho	50
ii. Trajetórias e significados	52
iii. Relações com os/as clientes	58
iv. Exigências e competências profissionais	60
v. Relações afetivas	62
vi. Saúde, riscos e violência	63
vii. Perceções sobre os projetos e técnicos de redução de riscos	65
Conclusões e notas finais	67
Referências bibliográficas	71

1. Introdução

A investigação sobre prostituição teve início em meados do século XIX, quando a preocupação com a sífilis veio chamar a atenção para as prostitutas, então consideradas um vetor importante da doença. À época, tanto em Portugal como no estrangeiro, os médicos higienistas faziam descrições das mulheres prostitutas, achando que podiam, assim, perceber as causas da sua atividade e travar a disseminação do vírus sífilítico.

Da prostituição na cidade de Lisboa é um livro de 1841, da autoria de Francisco Ignácio dos Santos Cruz (1841), médico ao serviço do Conselho de Saúde Pública do Reino, a quem é encomendado um estudo sobre a propagação da sífilis entre as prostitutas, naquela que julgamos ser a primeira pesquisa sobre prostituição em Portugal (Oliveira, 2004, 2011). De então para cá, o conhecimento científico sobre a prostituição evoluiu e, hoje, ao invés do passado, já não se procuram as diferenças fisiológicas, comportamentais e sociais que possam distinguir estas mulheres das outras, nem se consideram as prostitutas como um dos *meios influentes no incremento e propagação* da doença (Cruz, 1841). Pelo contrário, nos anos mais recentes, a investigação tem mostrado que as taxas de infeção pelo VIH nos/as TS na Europa são comumente semelhantes às da população geral, à exceção de alguns grupos específicos, como o dos consumidores de drogas por via endovenosa, o dos HSH¹ e o dos imigrantes oriundos de países onde as taxas de prevalência de VIH são muito elevadas (Gaffney, Velcevsy, Phoenix & Schiffer, 2008). Ainda mais, tem sido acentuado o papel dos/as TS como educadores sexuais, o que faz deles aliados da educação para a saúde e da luta contra o VIH/SIDA e outras IST, e não veículos da doença (Parsons, Koken & Bimbi, 2004).

Dos primórdios da investigação sobre a prostituição até hoje, as diferenças notam-se ainda ao nível do objeto. De investigações focadas em mulheres prostitutas de rua progrediu-se para o estudo de outros atores, práticas e contextos. Assim, atualmente procuram conhecer-se atores como os

¹ De acordo com um folheto editado pelo projeto HOSHO do GAT, a expressão homens que têm sexo com homens abrange as pessoas do sexo masculino que não se consideram homossexuais mas que têm relações sexuais com outros homens (GAT, s/ data).

homens e as transgêneros, práticas como o alterne, o *strip tease* ou o desempenho da pornografia e contextos como os de apartamento, de bar, de saunas ou de casas de massagem. Esta tendência, porém, não impede que a comunidade científica continue ainda, largamente, centrada na prostituição de rua, apesar de existirem evidências de que esta é minoritária relativamente à que se pratica em outros locais - 10 a 30% de acordo com os estudos citados por Weitzer (2005).

Em Portugal, o estudo da prostituição e de outras formas de trabalho sexual não se encontra muito desenvolvido, destacando-se, aqui, os nossos próprios trabalhos sobre prostituição de rua, sobretudo praticada por mulheres (Manita & Oliveira, 2002; Oliveira, 2008), mas também sobre trabalho sexual de interior, especificamente prostituição, alterne e *strip tease* (Oliveira, 2004). Salienta-se também a aprofundada investigação de Ribeiro, Silva, Schouten, Ribeiro e Sacramento (2008) sobre a prostituição feminina praticada em clubes em regiões de fronteira do Norte de Portugal e outras investigações, como a de Coelho sobre as acompanhantes de luxo (e.g. Coelho, 2009) ou a de Alvim sobre tráfico humano e trabalho sexual (Alvim, 2013)². De referir ainda, mais recentemente, o estudo levado a cabo por Dias *et al.* (2011), sobre a infeção do VIH/SIDA em HSH e TS. Esta investigação, com uma amostra de 1040 sujeitos, tanto de rua, como de interior, de diferentes zonas do país, embora centrada nas questões do VIH/SIDA, dá um retrato relevante sobre as pessoas que prestam serviços sexuais em Portugal.

Sabemos, assim, que existem algumas áreas que são lacunares ou relativamente às quais a investigação é escassa, como é caso do trabalho sexual de apartamento ou daquele que é praticado por homens e por transgêneros.

Conhecemos também que o mercado do trabalho sexual tem sofrido grandes mudanças, algumas delas decorrentes da emergência das novas tecnologias de informação (Bernstein, 2007) que permitem outras formas de organização e publicitação do comércio do sexo. A Internet é hoje uma

² De referir ainda a existência de algumas teses de mestrado já concluídas sobre este tema (e.g. Silva, 2001; Couto, 2009; Coutinho, 2012; Ferreira, 2012; Barroso, 2013) e o trabalho de Ramalho (2012) sobre as pessoas transgénero na prostituição de rua, muito embora este se encontre em curso.

poderosa ferramenta de trabalho para muitos/as profissionais do sexo que aí anunciam os seus serviços e contactam com os seus clientes.

A migração e a mobilidade constituem outras das características atuais do trabalho sexual. Presentemente, em Portugal, como no resto da Europa, a percentagem de estrangeiros/as no sexo comercial é muito elevada. Dados de 2008 do programa TAMPEP (2009a) indicam que 56% dos trabalhadores do sexo em Portugal são imigrantes.

Estas mudanças implicam novas configurações do trabalho sexual que não estão ainda adequadamente estudadas. Assim, investigar o trabalho sexual de interior, especificamente de apartamento, incluindo homens, mulheres e transgéneros, abarcando uma grande percentagem de imigrantes, parece-nos de uma enorme importância científica e social. Acresce, ainda, a atualidade e a relevância de contribuir para desocultar novas formas de organização do comércio do sexo que se associam ao uso das novas tecnologias de informação.

Por tudo isto, o convite do GAT para a realização de uma investigação com população que presta serviços sexuais em contextos *indoor* surgiu como uma oportunidade evidente de compreender melhor uma parte importante da realidade do trabalho sexual de hoje. O presente relatório dá conta, assim, de uma investigação levada a cabo pela Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, em parceria com o projeto HOSHO do GAT, sobre trabalhadores/as do sexo de apartamento na cidade de Lisboa.

O projeto HOSHO, já terminado, teve como finalidade a prevenção da infeção VIH/SIDA entre HSH, intervindo junto de pessoas que praticam sexo comercial em apartamentos, maioritariamente na cidade de Lisboa. Antevendo a conclusão do projeto e pretendendo tornar útil, tanto o conjunto de conhecimentos adquiridos pela prática, como a integração no terreno da prostituição de apartamento, bem ainda como a coleção e disseminação de dados de uma população e de contextos ainda quase nada estudados, o HOSHO/GAT solicitou a colaboração da UP - FPCE no sentido de elaborar um estudo de caracterização da população abrangida pela sua intervenção. Esta investigação parte, então, de uma solicitação efectuada por este projeto para que se produzisse conhecimento científico a partir de um trabalho de terreno bastante consolidado com HSH e TS.

Deste modo, o objetivo foi o de caracterizar a população abrangida pelo projeto que, na altura da recolha de dados, se compunha, não apenas de HSH, mas de TS masculinos, femininos e transgénero. O estudo pretendeu conhecer as pessoas que fazem trabalho sexual de apartamento nas suas características sócio demográficas e em aspetos relativos à sua saúde, bem como as características e as condições de exercício da sua atividade. Além destas, pretendeu-se ainda dar contributos para a compreensão dos significados, das trajetórias e das motivações associadas ao sexo comercial, dos comportamentos de risco e dos entraves à adoção de práticas preventivas, tanto nas suas relações privadas como comerciais, das relações com companheiros afetivos e clientes e dos problemas que enfrentam ao nível da saúde, segurança e bem-estar psicológico e social. Assim, este projeto foi desenhado com duas componentes:

1) Uma componente quantitativa feita com recurso a um questionário e que abrangeu homens, mulheres e transgéneros;

2) Uma componente qualitativa realizada a partir de entrevistas, a homens e transexuais TS, e de observações em contexto.

Temos, deste modo, uma investigação com metodologia mista. Em ambos os casos, os instrumentos de recolha de dados foram especificamente concebidos para esta investigação.

É de todo o trabalho de contextualização, conceção metodológica e de análise de dados que daremos conta neste relatório, no que julgamos ser um contributo importante para o estudo das práticas e dos atores do sexo comercial em Portugal e que pode, designadamente, dar contributos importantes para o planeamento de novas intervenções junto desta população.

A pertinência de tal, prende-se, como já referimos, com a existência de lacunas no estudo do comércio do sexo, pois a prostituição que se pratica em apartamentos está praticamente por estudar entre nós. Além do mais, as poucas investigações existentes centram-se sobretudo na prostituição feminina, pelo que, se há atores do trabalho sexual por estudar entre nós são os do sexo masculino, uma parte significativa da nossa amostra. Por estas razões pareceu-nos de enorme importância responder ao desafio colocado

pelo HOSHO de efetuar esta pesquisa³ a partir do seu trabalho de intervenção em apartamentos da cidade de Lisboa.

Entre 2011, a altura em que recolhemos os dados, e a ocasião em que editamos este trabalho, isto é, cerca de 2 anos depois, Portugal ficou mergulhado numa grave crise económica que teve (e está a ter) um enorme impacto no comércio do sexo e nos seus atores. De acordo com as informações recolhidas junto de quem continua a intervir nos contextos e com a população que participou nesta investigação⁴, as repercussões da crise têm provocado consideráveis mudanças na composição dos/as trabalhadores/as do sexo, nas condições de trabalho, nos ganhos pecuniários e nas suas práticas, nomeadamente preventivas.

A elevada taxa de desemprego e o aumento de impostos, aliados aos já baixo salários praticados em Portugal, parecem ter contribuído para a diminuição da procura de serviços sexuais. A oferta, essa, parece ter-se mantido, ou, eventualmente, aumentado, pois, se há novas pessoas no comércio do sexo, como resultado do desemprego, também muitas/os da/os imigrantes no trabalho sexual deixaram Portugal, quer para outros países europeus a salvo da crise financeira, quer para regressarem aos seus países de origem. O saldo entre entradas e saídas parece ser neutro ou mesmo positivo. Com a diminuição da procura e a manutenção, ou aumento, da oferta, os preços praticados por serviço sexual baixaram e, por consequência, a quantidade de dinheiro que cada trabalhador do sexo auferiu ficou reduzida.

Temos, atualmente, na prestação de serviços sexuais, mulheres e homens que até agora sempre haviam estado enquadrados no mercado de trabalho formal. São, assim, pessoas sem a experiência e os conhecimentos adequados à prática do trabalho sexual. Como resultado parece haver uma tendência a empreenderem práticas sexuais menos seguras⁵, com consequências de saúde que podem ser graves. Igualmente, a falta de

³ Quando fomos contactados pela equipa do HOSHO, a população abrangida pelo projeto era quase exclusivamente masculina e transexual. Posteriormente, decorrente da mobilidade territorial que caracteriza tanto a população, como o trabalho de intervenção com trabalhadores do sexo, o conjunto de utentes do projeto passou a incluir também mulheres, que atingiram uma cifra significativa.

⁴ Referimo-nos especificamente ao mediador cultural do projeto, Júlio Esteves.

⁵ Estes não são, no entanto, os únicos motivos para a existência de sexo comercial desprotegido. Entre outros, alguns TS relatam esta prática como uma estratégia para conquistar clientes.

experiência e a entrada urgente no comércio do sexo, decorrente da forte pressão económica, têm tido, muitas vezes, um impacto negativo significativo ao nível emocional e, quem está no terreno em contacto com este grupo de pessoas que se prostituem, nota a sua dificuldade, ou até, a sua incapacidade, para lidarem com essa situação e com o *stress* que caracteriza a atividade de venda de serviços sexuais.

Se voltássemos hoje a administrar o nosso questionário, os resultados que iríamos encontrar poderiam vir a ser distintos. Desde logo, as características sociodemográficas da nossa amostra seriam diferentes, pois encontraríamos maior percentagem de pessoas de nacionalidade portuguesa e de mulheres. Mas também perceberíamos a existência de casais que trabalham em conjunto porque ambos ficaram desempregados. As pessoas no comércio do sexo de apartamento em Lisboa estão aparentemente sujeitas, agora, a maiores níveis de *stress* porque têm menos clientes e auferem menos dinheiro, mas, também, em alguns casos, porque não conseguem lidar convenientemente com essa situação que é nova na sua vida. Ainda, a falta de conhecimentos sobre prevenção de doenças e a baixa consciência de vulnerabilidade face à doença coloca-as em maior risco.

Serve esta nota para explicar as mudanças que terá sofrido o retrato que apresentamos de seguida e, ainda, para salientar a necessidade de uma intervenção premente e continuada junto de quem faz trabalho sexual, seja em contexto de apartamento ou em outros locais.

Em suma, “Da prostituição de apartamento na cidade de Lisboa” apresenta-se como um estudo de caracterização do sexo comercial em contexto *indoor* e dos seus atores, num momento específico e com a população-alvo de um projeto de intervenção. Além disto, pretendeu aprofundar algumas variáveis, designadamente os significados que um grupo de participantes masculinos e transexuais atribui aos seus comportamentos de venda de sexo. Tencionou, ainda, por fim, através do seu título, remeter para o estudo de Santos Cruz (1841), realizado na mesma cidade, 170 anos antes. Apesar das enormes diferenças que as separam, olhar para ambas as investigações revela-nos quer a evolução científica, quer as mudanças relativas aos/às atores/as, às práticas e aos contextos desta atividade.

2. Enquadramento

a) A intervenção junto de HSH e de trabalhadores/as do sexo⁶

A expressão homens que fazem sexo com homens (HSH), tal como já referimos, diz respeito a pessoas do sexo masculino que não se consideram homossexuais, nem bissexuais, mas que têm relações sexuais com outros homens (GAT, s/ data). Entre estas, incluem-se homens que vendem serviços sexuais, sendo que muitos destes também não se identificam como TS. Assim, no que respeita ao comércio de sexo, quando falamos em HSH, referimo-nos a pessoas que podem, simultaneamente, não se identificar com a homossexualidade, nem com o trabalho sexual.

Na intervenção com TS na área do VIH/SIDA, a adoção da expressão HSH veio tentar responder à baixa procura de serviços por parte deste grupo (Overs & Longo, 2002). Ou seja, perante um grupo que troca sexo por dinheiro, mas que não se identifica com o trabalho sexual nem com a designação trabalhador do sexo (TS), o facto de os projetos de intervenção na área do VIH/SIDA estarem fortemente direcionados para os TS representaria uma barreira para estes. Assim, esta denominação, HSH, aplicada neste contexto, levaria ao aumento da probabilidade destes indivíduos se dirigirem a quem lhes pode propiciar acesso à informação, aos meios preventivos e à aprendizagem de técnicas particulares que estão associadas à venda de sexo por homens.

A população de HSH e/ou de TS masculinos ou transexuais, entre os que praticam sexo comercial, é considerável. De acordo com o relatório de mapeamento dos serviços dirigidos a TS em 25 países europeus efetuado pelo TAMPEP, em 2009(b), embora as mulheres sejam a maioria entre os que desempenham trabalho sexual, representando 87%, os homens, em média, atingem o valor de 7% e os transexuais 6%. Ainda de acordo com este relatório, a maior concentração de utentes TS masculinos encontra-se na região Sul, que inclui Portugal⁷, e atinge os 10%. Além do mais, é estimado que

⁶ Neste ponto referimo-nos somente aos projetos que têm como objetivo a redução de riscos associados ao trabalho sexual. Aqueles com um pendor abolicionista e que têm como finalidade a saída ou o resgate das pessoas que se prostituem não serão aqui analisados.

⁷ Além da Bulgária, Grécia, Itália, Roménia, Eslovénia e Espanha.

estes números estejam muito abaixo dos valores reais uma vez que os projetos são sobretudo dirigidos a mulheres.

Apesar destes números, a intervenção especificamente dirigida a estas populações tem sido praticamente negligenciada na área da redução de riscos associada ao trabalho sexual em Portugal (Oliveira, 2011). No entanto, os TS masculinos e transexuais têm características específicas que devem implicar uma atenção especial.

Desde logo, o estigma, a discriminação (nomeadamente no acesso aos serviços de saúde) e as violências são mais acentuadas nestes grupos, o que pode ter um grande impacto na vida destas pessoas e ser causa de mau estar psicológico. Assim, deve haver uma especial atenção a este problema e disponibilidade para os pedidos de ajuda. Nos casos dos homens e das/os transexuais que fazem trabalho sexual, junta-se ao estigma da troca de sexo por dinheiro, o estigma de se ser homossexual, homem num corpo de mulher ou travestido (Oliveira, 2011). Estes grupos são, assim, estigmatizados, discriminados e agredidos com base numa dupla ou tripla apreciação de *imoralidade* dos seus comportamentos.

Mais ainda, de acordo com o que defendemos em trabalhos anteriores (Oliveira, 2008, 2011), é preciso reconhecer a existência de práticas como a toma de hormonas femininas e a injeção de silicone sem supervisão médica por parte das transexuais e tomar consciência da sua gravidade. A intervenção deve direccionar-se para a prevenção dessas situações, informando sobre essas práticas e a necessidade de acompanhamento médico, tentando consciencializar para os perigos associados a essas práticas quando são feitas sem acompanhamento e supervisão de um profissional de saúde. Também consideramos que o grupo de homens que vende serviços sexuais requer cuidados específicos relativos aos meios preventivos e à aprendizagem de técnicas particulares que estão associadas à venda de sexo por homens – como, por exemplo, a cautela particularmente importante que deve ser colocada no uso de lubrificantes na prática de sexo anal pela lubrificação deficitária das mucosas e nos cuidados de higiene anal pré-coito recetivo.

Parece-nos que a quase totalidade dos projetos dirigidos a TS, mesmo incluindo homens e transexuais entre os seus utentes, está especialmente

vocacionada para o atendimento de mulheres, negligenciando assim os aspetos aqui referidos, entre outros.

Os projetos, em geral, independentemente de serem dirigidos a mulheres, a homens ou a transgéneros, têm vindo a centrar-se sobretudo na área da prevenção do VIH/SIDA e IST, tendo como áreas principais a promoção da saúde pessoal, a disponibilização de serviços sociais e de saúde, a prevenção, o tratamento ou o uso mais seguro de drogas, o aconselhamento e os serviços de apoio e informação, os direitos humanos e cívicos, a promoção ou o reforço da auto-estima e a capacitação e a prevenção da violência e exploração (EUROPAP/TAMPEP, 2001). Todas estas áreas se encontram adaptadas às necessidades dos/as TS, contudo, algumas delas, nem sempre são incluídas nos projetos de intervenção, pelo menos entre nós. Em concreto, as que se ligam com os direitos humanos e cívicos e com a capacitação e a prevenção da violência e da exploração têm sido pouco aprofundadas ou mesmo esquecidas por muitos dos projetos, pese embora, frequentemente figurem entre os seus objetivos.

b) O projeto HOSHO

O HOSHO tratou-se de um projeto do GAT que funcionou entre 1 de outubro de 2008 e 30 de setembro de 2011, com um financiamento da Coordenação Nacional para a Infecção VIH/sida (em 75%).

Este projeto de intervenção tinha como população-alvo principal o já definido grupo de homens que têm sexo com homens e os seguintes objetivos:

- a) O levantamento de necessidades em termos de acesso à saúde e ao rastreio do VIH junto das associações e mediadores comunitários parceiros;
- b) A criação de materiais de informação/sensibilização sobre prevenção e tratamentos para o VIH/SIDA orientados especificamente para HSH;

- c) A promoção do rastreio de VIH e do acesso e utilização do preservativo e lubrificante através de intervenções do mediador comunitário;
- d) A implementação de estudos e publicações nacionais e internacionais;
- e) Efetuar intervenções de apoio domiciliário, incluindo a entrega de preservativos, informação, referências e acompanhamentos com subpopulações mais vulneráveis, como os trabalhadores do sexo e as mulheres transgénero⁸.

A intervenção era feita em *outreach* junto de TS de apartamento na região de Lisboa, tinha como uma das suas estratégias fundamentais de intervenção a utilização de um mediador cultural e os principais métodos eram a distribuição de materiais educativos, o aconselhamento, a testagem do VIH e a referência.

Para conseguir acesso ao meio do trabalho sexual de apartamento e/ou de outros contextos em que homens fazem sexo com homens, o mediador cultural começou por identificar as páginas da internet dedicadas à venda de serviços ou à promoção de encontros sexuais entre homens. Depois, nestes locais da web, tais como o Gaydar, o GayRomeo, o Manhunt ou o Manjam, e após criação de um perfil, o mediador cultural entrava em contacto com as pessoas que ofereciam serviços sexuais, o que, de acordo com a sua experiência, eram quase na sua totalidade TS, e começava a sua interação de molde a poder apresentar o projeto e os seus serviços e produtos. Nos casos em que havia receptividade à proposta de visita domiciliária por parte do mediador, era marcado uma primeira visita e, a partir daí, o HSH/TS passava a ser alvo de intervenção com visitas domiciliárias periódicas, programadas pelos TS de acordo com as suas necessidades.

Foi esta a forma inicial de contacto com a população potencial do projeto de intervenção. Posteriormente, novos contactos acabaram por surgir por método de bola-de-neve, o que pressupõe que os TS e os HSH já utentes referenciavam outros que passavam a beneficiar da intervenção do projeto.

⁸ Retirado do site do GAT:

<http://www.gatportugal.org/content/default.asp?idcat=Terminados&idCatM=Projetos&idContent=A5B66CAC-77C5-4FDC-BA88-4C1DDF3403C4>

Desta forma, a população abrangida foi aumentando e o projeto alargou o seu âmbito e população alvo. No entanto, o método inicial de contacto com novos utentes manteve-se ao longo de todo o projeto, tendo-se mostrado mais eficaz na captação de utentes do que o método em cadeia.

É pelo recurso àquele método de recrutamento de novos utentes, a referência, que a população abrangida, inicialmente apenas composta por homens e transexuais MtF, passa a incluir também mulheres biológicas. Além do mais, embora o objetivo inicial do projeto fosse que este se dirigisse a HSH, a população do projeto veio a constituir-se como sendo, na sua totalidade, composta por TS.

3. Metodologia

a) Objeto e objetivos

O objeto de estudo desta pesquisa é a população de TS de apartamento abrangida pelo projeto HOSHO, em Lisboa, e que inclui homens, transgênero e mulheres.

Os objetivos da investigação foram os seguintes:

1. Caracterizar os TS no que respeita a:
 - 1.1. Características sociodemográficas;
 - 1.2. Características e condições de exercício da atividade;
 - 1.3. Práticas de saúde, especificamente as práticas preventivas.
2. Compreender:
 - 2.1. Os significados, as motivações e as experiências associadas ao sexo comercial;
 - 2.2. Os comportamentos de risco e os entraves à adoção de práticas preventivas, tanto nas suas relações privadas como comerciais;
 - 2.3. Compreender os problemas que enfrentam, ao nível da saúde, segurança e bem-estar psicológico e social;
 - 2.4. Conhecer como representam os clientes e as relações que mantêm com eles;
 - 2.5. Conhecer as representações sobre os projetos de redução de riscos;
 - 2.6. Conhecer outros aspetos das vidas dos TS que não se relacionam com o comércio do sexo.

b) Métodos e instrumentos

Para atingirmos estes objetivos utilizámos uma metodologia mista com recurso a métodos qualitativos e quantitativos e aplicámos alguns princípios das metodologias participativas. Assim, recorreremos a um conjunto de instrumentos de recolha de dados, a saber: a entrevista, o questionário e a

observação. O propósito desta metodologia compósita foi o da possibilidade de obter dados de diferentes naturezas e de os poder articular de forma a obter uma descrição mais rica e aprofundada.

A entrevista era semi-estruturada e centrou-se em três temas, a saber:

1) As características e significados do sexo comercial para o/a trabalhador/a do sexo. Quer dizer, interessava-nos saber quais as particularidades e condições de exercício da atividade, nomeadamente no que concerne às questões relacionadas com o isolamento e/ou a integração, a autonomia e/ou dependência e a violência. Pretendíamos ainda compreender qual o significado do sexo comercial para os seus atores e o posicionamento sobre essa atividade.

2) Questões relacionadas com a saúde, os comportamentos de risco e as práticas preventivas, tanto nas suas relações privadas, como comerciais.

3) Relacionamentos afetivos e comerciais, isto é, as relações com parceiros amorosos e com clientes, designadamente o nível do impacto que as relações com companheiros e clientes têm nos trabalhadores do sexo e no seu trabalho e do impacto que o poder e os afetos das relações com companheiros e clientes têm na adoção de comportamentos preventivos face ao VIH/SIDA e outras IST.

Quanto ao questionário foi composto por 45 perguntas, sendo 14 perguntas fechadas, 17 abertas e 14 semiabertas. Este instrumento está dividido em cinco partes: uma relativa à caracterização sociodemográfica, uma dizendo respeito à caracterização do sexo comercial, uma focada em questões relativas à saúde, outra relacionada com o suporte familiar e social e um último grupo de questões relativas ao posicionamento face ao sexo comercial.

A observação decorreu da administração dos questionários e da realização de entrevistas no terreno. Embora a maior parte dos questionários tenha sido aplicada pelo mediador cultural do projeto, uma parte destes, tal como a condução das entrevistas, foram realizados por nós, o que nos permitiu efetuar uma observação não participada com estatuto *overt*.

Esta investigação teve ainda algumas particularidades participativas que passamos a explicar. A palavra participação tem vindo a ser usada recorrentemente, embora o seu conteúdo seja por vezes mal delimitado, vago e impreciso, sendo ainda usado indiscriminadamente e de forma muito lata

(Oliveira & Mota, 2012). Uma das críticas que têm sido feitas ao uso deste termo é a ausência de uma especificação precisa, originando o risco de que ele não seja mais do que um jargão que serve para legitimar qualquer e todo o projeto de desenvolvimento comunitário (Kelly & Van Vlaenderen, 1995). No caso da presente investigação, não se pode dizer que a participação se refira à participação ativa dos TS e à consideração do seu saber inter-relacionando-o com o saber científico, mas antes a uma valorização do saber e a uma interação com o mediador cultural do projeto que nos permitiu conhecer o contexto e validar as alternativas metodológicas e procedimentais num processo de reflexão-ação.

O envolvimento do mediador cultural consubstanciou uma vantagem, sobretudo pelo seu saber, experiência de terreno e contacto privilegiado com a população alvo, e, ainda, pelo seu contributo para o acesso ao meio. Mais do que ser um informante privilegiado ou um *gate keeper* que permitiu a entrada nos contextos da prostituição de apartamento, o mediador participou no estudo desde a sua conceção, tendo ajudado a definir o desenho metodológico, participado numa entrevista exploratória que permitiu definir alguns dos temas com pertinência para a investigação, ajudado a melhorar o instrumento principal de recolha de dados, o questionário, através de comentários que permitiram reformulá-lo, validado o guião de entrevista e informado sobre alterações e acontecimentos no terreno que podiam ajudar a compreender e interpretar os dados.

A componente participativa acabou por se concretizar sobretudo na fase final com a validação deste trabalho por alguns dos participantes. Depois de (quase) finalizado o relatório de investigação, ele foi *devolvido* a 12 participantes, sendo que três deles, dois homens e uma mulher, fizeram ouvir a sua opinião que validou o conteúdo do trabalho. Assim, esta acabou por ser uma outra forma de valorizar a voz dos seus participantes, o que é particularmente importante por se tratar de um grupo que tem sido silenciado e invisibilizado.

c) Procedimentos

O acesso ao meio foi, então, efetuado com a ajuda do mediador cultural do projeto HOSHO do GAT, tanto integrando as saídas regulares do projeto, como “fazendo visitas” com o único propósito de investigação.

A recolha de dados através do questionário foi realizada pela investigadora e pelo próprio mediador do projeto, depois de este ter sido formado na administração do questionário e supervisionado nessa tarefa.

Começámos por aplicar alguns questionários que serviram como pré-teste. Estes, em número de sete, permitiram efetuar algumas reformulações no questionário, depois das quais voltamos ao terreno para continuar a sua aplicação.

A recolha de dados por questionário decorreu entre 19 de julho e 22 de novembro de 2011 e foi realizada sempre nas casas ou locais de trabalho dos/as TS.

A amostra foi de conveniência, sendo os locais de recolha de dados selecionados pelo mediador. Uma vez nos contextos de habitação ou de trabalho dos TS, apresentávamos a nossa investigação, os seus objetivos e os seus pressupostos aos TS que, depois disto, decidiam participar ou não na investigação. Assim, após serem informados sobre o estudo, questionados se tinham dúvidas e esclarecidos quando o solicitavam, os TS deram o seu consentimento para a administração do questionário. Foi ainda garantido o anonimato dos dados e respeitado o ritmo de trabalho dos TS, tentando não interferir com as suas atividades sexuais comerciais, nem de outra forma importunar a vida e o trabalho dos participantes.

As entrevistas aprofundadas foram realizadas pela investigadora principal do projeto e decorreram, tal como no caso dos questionários, nas casas ou locais de trabalho dos TS, mas também, em dois dos casos, em locais públicos. Os procedimentos éticos foram assegurados e solicitou-se autorização para proceder à gravação áudio das entrevistas.

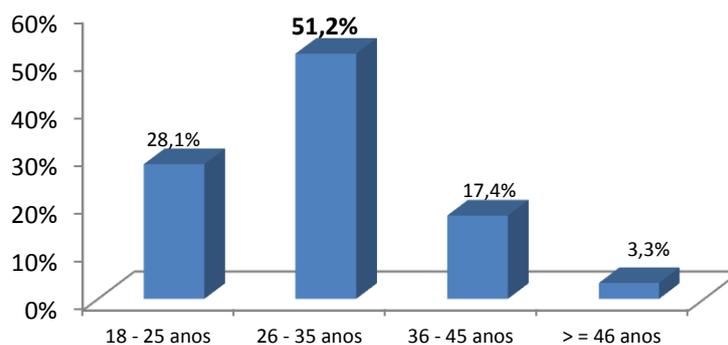
Desta forma, conseguimos 121 questionários válidos e 8 entrevistas, num total de 121 participantes, pois os TS entrevistados haviam também respondido ao questionário.

Depois de finalizada a recolha de dados, procedemos à sua análise. No que respeita aos dados dos questionários utilizámos a estatística descritiva com recurso ao SPSS. Já as entrevistas foram sujeitas a análise de conteúdo categorial de acordo com Bardin (2011).

d) Amostra

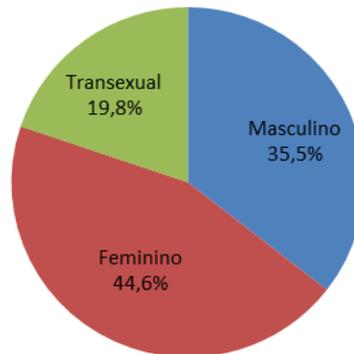
A amostra é constituída por 121 participantes que fazem trabalho sexual na cidade de Lisboa. A média de idades é de 30.13 anos (DP = 7.12), sendo a idade mínima de 18 e a máxima de 57 anos. Considerando a distribuição etária por intervalos, verificamos que a maioria dos/as inquiridos/as se situa na faixa etária dos 26 e os 35 anos (51,2%), tal como pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1: Idade (em categorias)



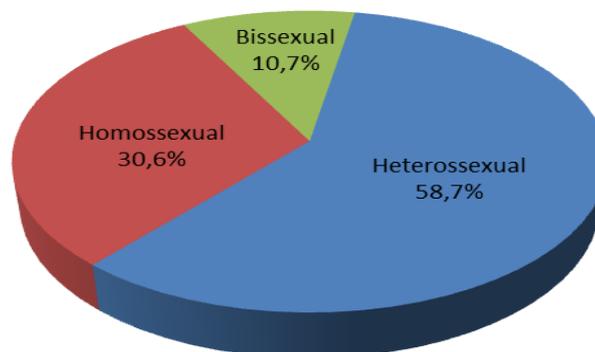
No que diz respeito ao sexo/género, a amostra é composta por 44,6% de mulheres (N=54), 35,5% de homens (N=43) e 19,8% de transexuais homens em mulheres – MtF (N=24) – Ver Gráfico 2.

Gráfico 2: Sexo/género



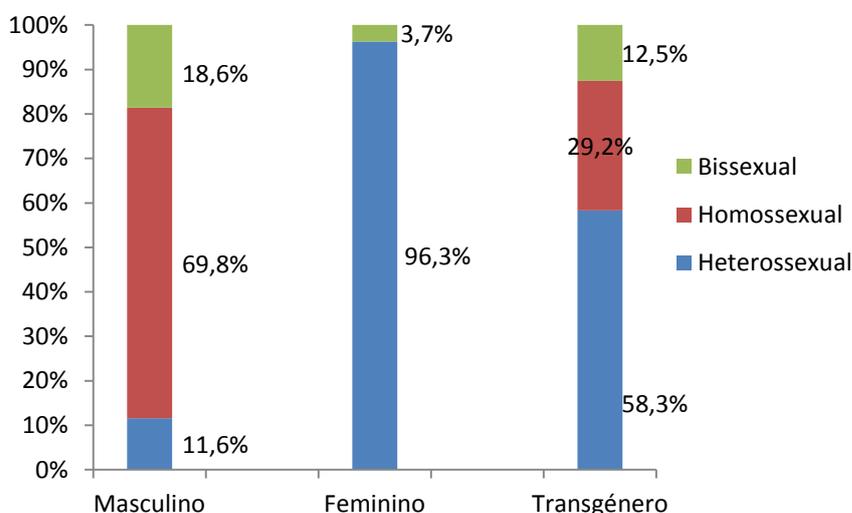
No que se refere à orientação sexual, 58,7% são heterossexuais, 30,6% são homossexuais e 10,7% são bissexuais - Ver Gráfico 3.

Gráfico 3: Orientação sexual



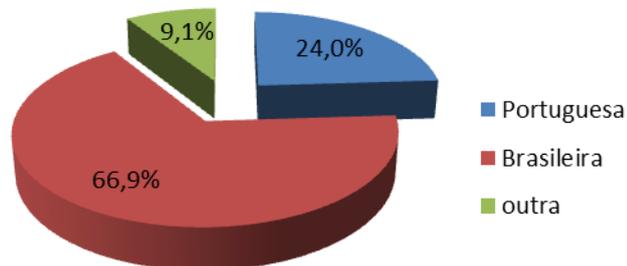
Cruzando o sexo/género com a orientação sexual, constatamos que 96,3% das mulheres biológicas são heterossexuais contra 11,6% dos homens e 58,3% das transexuais. Pelo que se conclui que a quase totalidade das pessoas homossexuais são homens - Ver Gráfico 4. Esta associação é estatisticamente significativa [$\chi^2 = 72,404$, $p = .000$].

Gráfico 4: Orientação sexual por sexo/género



Cerca de 2/3 dos/as participantes é de nacionalidade brasileira (N=81), representando os/as portugueses/as 24% da amostra (N=29). Os restantes 9,1% (N=11) são de nacionalidades diversas, incluindo de países da Ásia, África, América do Sul e Europa de Leste – Ver Gráfico 5. Dos 76% de estrangeiros (N=92), 51,7% estavam em situação regular, 18% estavam em processo de regularização aquando da administração do questionário e 30,3% estavam em situação irregular no país.

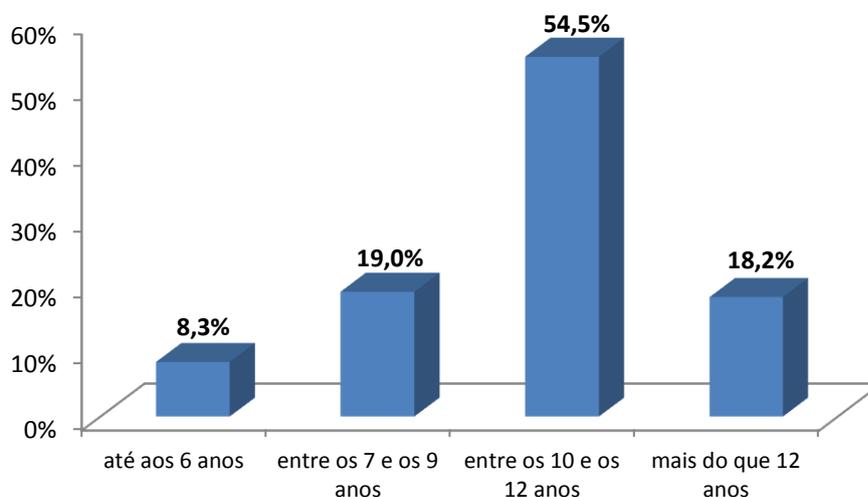
Gráfico 5: Nacionalidade



Quando cruzamos as variáveis “sexo” e “nacionalidade” verificamos que há, entre elas, uma associação estatisticamente significativa [$\chi^2 = 11,310$, $p=.023$], sendo que 91,7% das transexuais, 69,8% dos homens e 53,7% das mulheres são brasileiros/as.

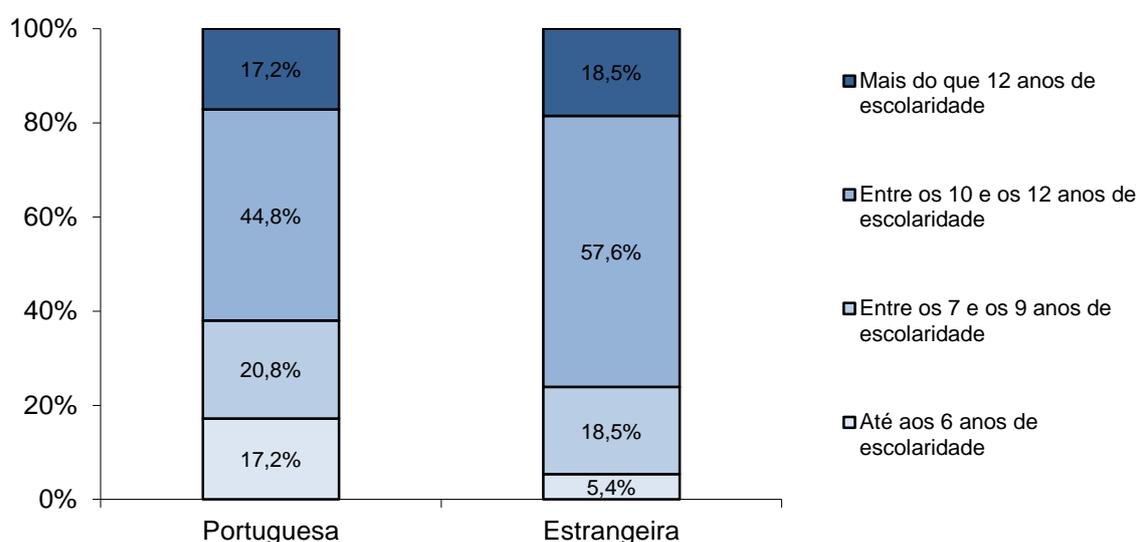
Quanto à escolaridade, 54,5% (N=66) tinha completado entre 10 e 12 anos de escolaridade, com 18,2% (N=22) dos participantes tendo mais do que 12 anos, 19% (N=23) entre os 7 e os 9 anos de ensino e 8,3% tinham menos do que 6 anos de escolaridade completos - Ver Gráfico 6.

Gráfico 6: Anos de escolaridade



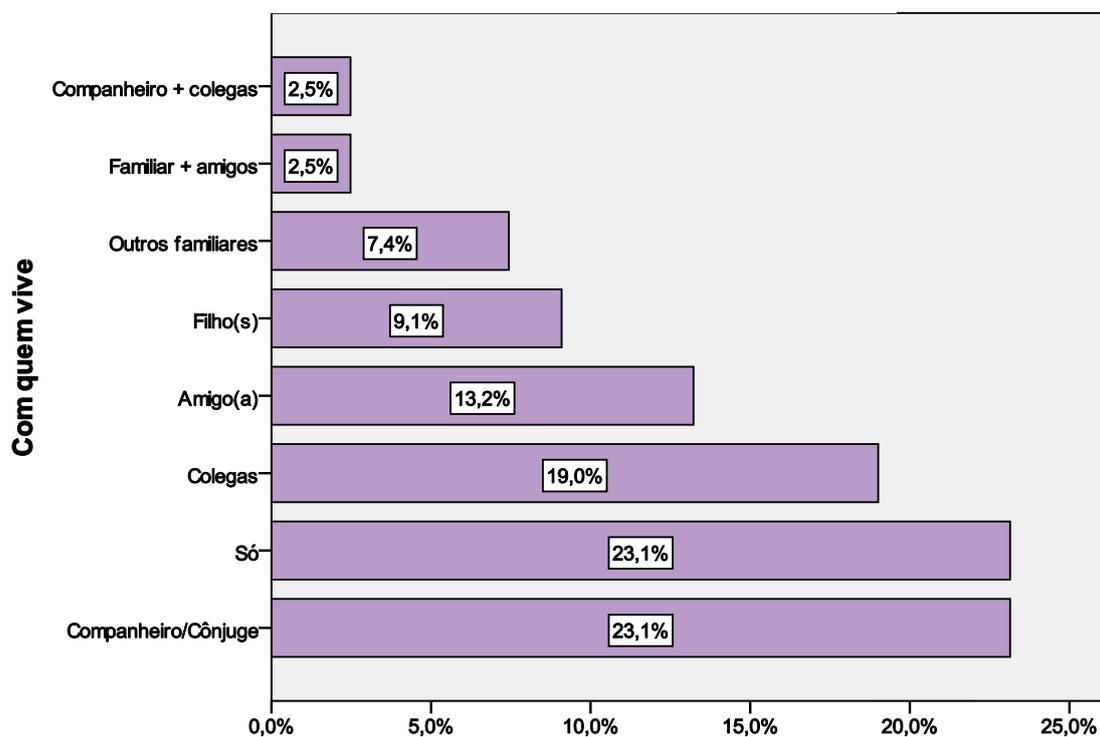
Se cruzarmos a escolaridade dos/as portugueses/as com as dos/as estrangeiros/as, verificamos que a destes/as é tendencialmente mais elevada do que a dos/as primeiros/as. Estas diferenças não são, contudo, estatisticamente significativas [$\chi^2 = 4,455$ n.s.] – Ver Gráfico 7.

Gráfico 7:
Escolaridade de portugueses/as e estrangeiros/as



Quanto à situação familiar, 23,1% dos/as TS vivem sozinhos e igual percentagem vive com o/a companheiro/a ou cônjuge. Dezanove por cento vivem com colegas de trabalho, enquanto 13,2% vivem com amigos, 9,1% vivem com um/a filho/a ou filhos/as e 7,4% vivem com outros familiares. Os restantes 5% dizem respeito a outras situações, tal como pode ser observado no gráfico 8. Então, a percentagem mais relevante, correspondendo a 39,6%, é a dos TS que vivem com familiares (companheiro/cônjuge, filhos ou outros), seguida daquela relativa aos que vivem apenas com amigos ou colegas e que corresponde a 32,2%.

Gráfico 8: Com que vive



Assim, estamos perante uma amostra de TS diversificada por sexo e orientação sexual, maioritariamente jovem e estrangeira, com predomínio dos/as brasileiros/as. As pessoas que constituem a amostra possuem uma escolaridade elevada, sobretudo se não são portugueses/as, e encontram-se a viver maioritariamente com familiares, com amigos ou com colegas de trabalho.

4. Apresentação e discussão dos resultados

a. Estudo quantitativo

i. Designação da atividade e motivos

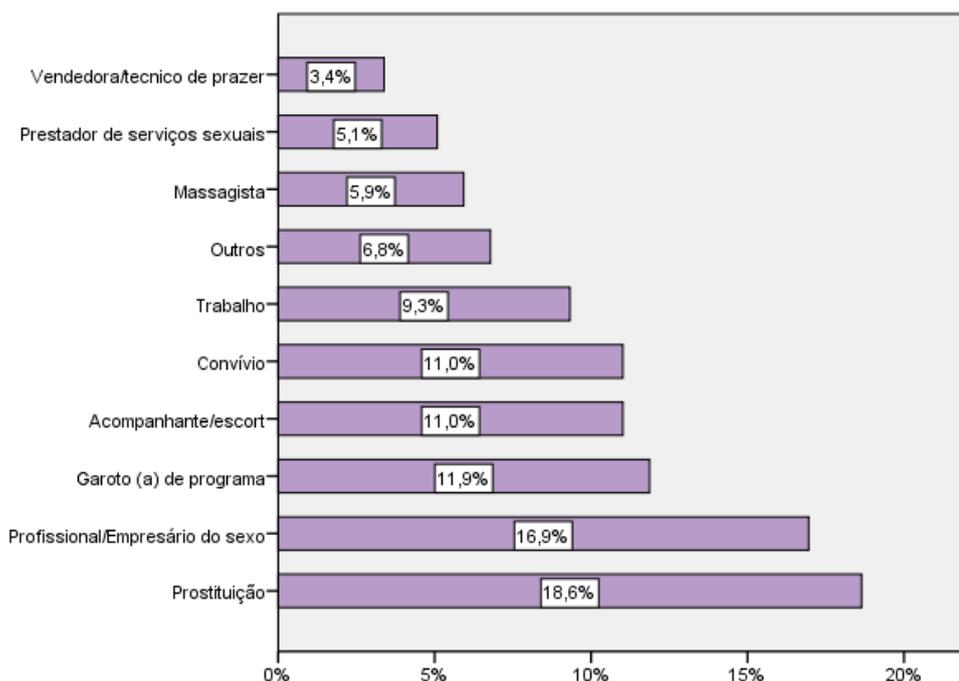
A atividade de prestação de serviços sexuais é comumente designada de trabalho sexual ou de prostituição, embora possa ser referida por outras palavras ou expressões de idêntico significado ou com outra semântica, seja mais estrita ou mais abrangente. Embora usemos a expressão trabalhadores/as do sexo para nos referirmos às pessoas que prestam serviços sexuais e, especificamente, aos/às participantes desta investigação, foi nosso objetivo *ouvir* que denominação os/as próprios/as usam para se referirem à sua atividade. Assim, perguntamos a cada um/a dos/as inquiridos/as “Que nome dá à sua atividade de sexo comercial?”.

As respostas que obtivemos a esta pergunta aberta foram muitas e diversificadas, mas, a partir de uma análise de conteúdo, foi possível agrupá-las em categorias, tal como se apresenta no gráfico 9. Desta forma, a designação que recebeu maior número de respostas foi “prostituição” com 18,6%, seguida de “profissional do sexo” ou “empresário/a do sexo” com 16,9% de respostas, depois “garoto/a de programa” com 11,9% e “acompanhante/escort” e “convívio” com 11% de respostas cada. Abaixo dos 10% de respostas, encontram-se as designações “trabalho” (9,3%), “massagista” (5,9%), “prestador de serviços sexuais” (5,1%) e “vendedor/técnico de prazer” (3,4%). Sob a categoria “outros” (6,8%), encontra-se um conjunto de respostas, como “trabalho na noite” ou “encontros casuais”.

Pedimos também aos/às inquiridos/as que nos indicassem o/s motivo/s pelo/s qual/ais iniciaram a sua atividade sexual comercial, igualmente numa pergunta de resposta aberta. Tal como se indica no gráfico 10, a resposta predominante foi a relacionada com os motivos económicos (44,6%). O desemprego surge como razão para 16,5% dos/as respondentes, seguido dos motivos ligados com a condição de transexual (11,6%), a curiosidade (6,6%), a necessidade de complementar o salário auferido noutra atividade profissional (6,6%), os motivos ligados com as vantagens associadas ao trabalho sexual

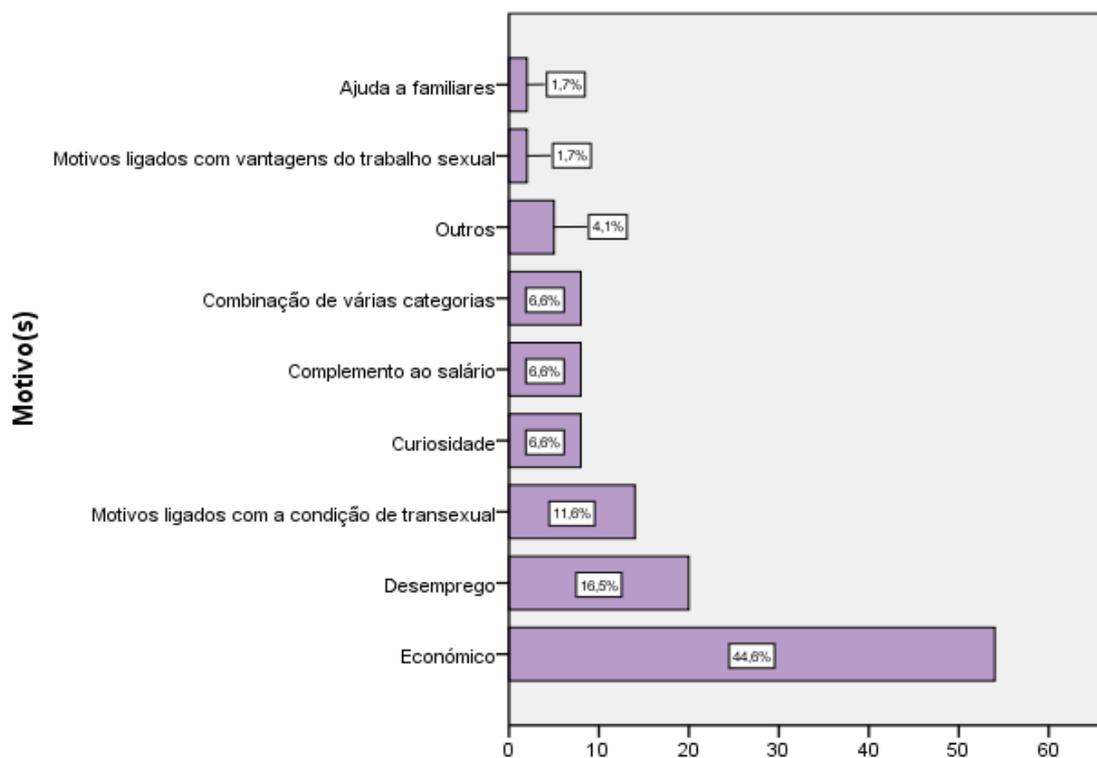
(1,7%) e a necessidade de ajudar financeiramente familiares (1,7%). Para 6,6% dos/as participantes os motivos foram vários combinando as diferentes categorias de respostas apresentadas, enquanto que para 4,1% as respostas não se enquadravam em nenhuma dessas categorias pelo que foram incluídos numa categoria “outros” que inclui respostas como “Fiquei sem casa e uma amiga arranhou-me isto, casa e trabalho”, “Fui jogada na rua com 10 anos, não tive outra opção, com 12 comecei a me prostituir”, “Para ter dinheiro para não voltar para a rua, era sem abrigo”.⁹

Gráfico 9: Nome atribuído à atividade sexual comercial



⁹ Embora nesta categoria “outros” se encontrem motivos económicos, eles não foram dessa forma enunciados pelos entrevistados.

Gráfico 10: Motivo(s) de início da atividade sexual comercial



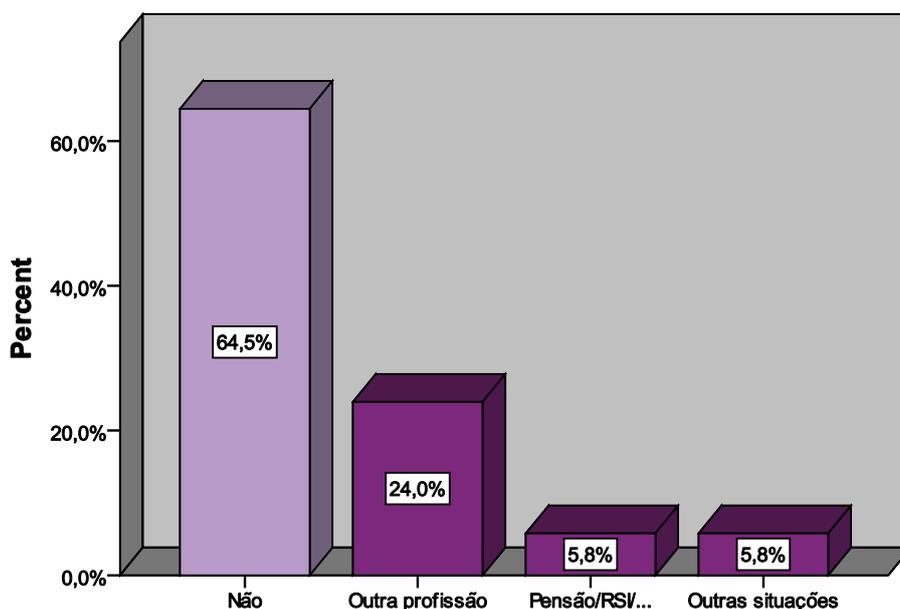
Se agruparmos todas as respostas que se referiram explícita ou implicitamente aos motivos económicos ou que os incluíam entre outros motivos, obtemos que um total de 112 indivíduos em 120 relacionam o seu motivo de entrada no sexo comercial com o dinheiro. Os restantes oito, que não fazem qualquer referência às questões financeiras como motivo de início do trabalho sexual, deram as seguintes respostas: curiosidade (N=3), prazer (N=3), coação (N=1), autonomia de tempo (N=1). Desta forma, 93,33% dos participantes nesta investigação referem motivos económicos para terem iniciado a atividade sexual comercial, sendo que, destes, 49,1% referem a causa dessa necessidade económica ou acrescentam-lhe uma outra motivação, como exemplos, “Motivos económicos, fui despedido”, “O dinheiro do trabalho não chegava para mandar para os meus filhos no Brasil” ou “Porque estava desempregado, por curiosidade e porque queria viajar”.

De relevar que o motivo “curiosidade” aparece mencionado 11 vezes, isto é, na resposta de 9,17% dos indivíduos. E a coação é referida por apenas uma pessoa, correspondendo a 0,83% dos respondentes.

ii. Outras fontes de rendimento e horas de trabalho

Uma grande parte dos inquiridos nesta investigação - 64,5% - não possui outras fontes de rendimento, além do trabalho sexual, enquanto 35,5% têm outras formas de provento. A percentagem de TS que possui outros rendimentos além dos provenientes do trabalho sexual, divide-se entre 24% de pessoas que têm outro emprego ou atividade profissional, 5,8% que recebem uma pensão, um subsídio ou o rendimento social de inserção e igual percentagem – 5,8% - que corresponde a outras situações diversas - Ver Gráfico 11. Pelo que, para a grande maioria dos inquiridos, o trabalho sexual é desempenhado a tempo integral, sendo que somente $\frac{1}{4}$ deles tem outro emprego.

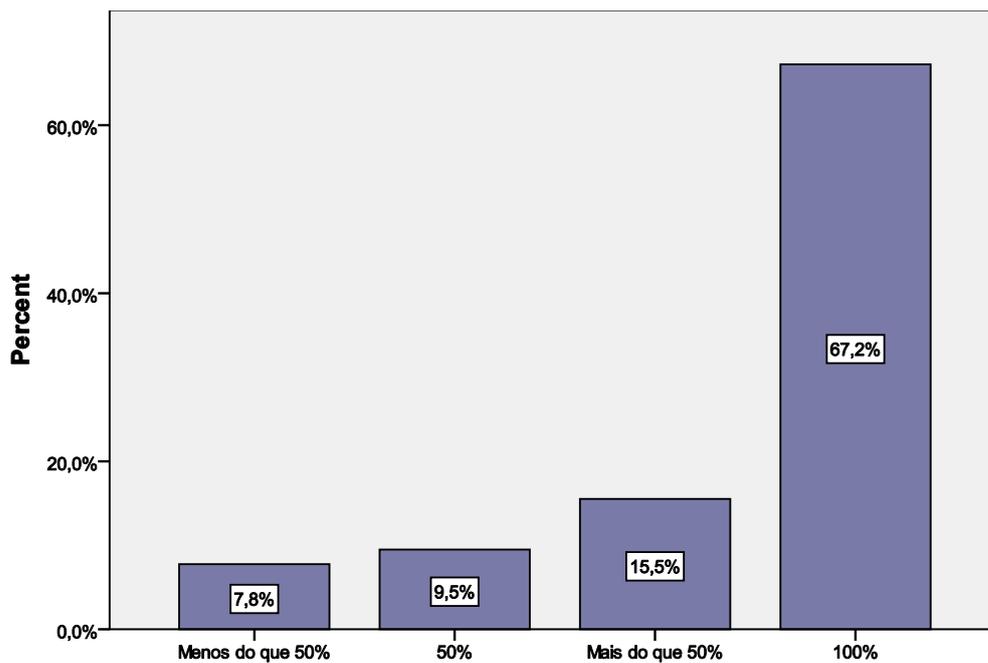
Gráfico 11: Outras fontes de rendimento além do sexo comercial



Quanto à percentagem de dinheiro que os TS obtêm com o sexo comercial, em comparação com aquele que é auferido através de outras fontes de rendimento, para 67,2% deles a totalidade do seu dinheiro é conseguido através do trabalho sexual, para 15,5% mais de metade do dinheiro que

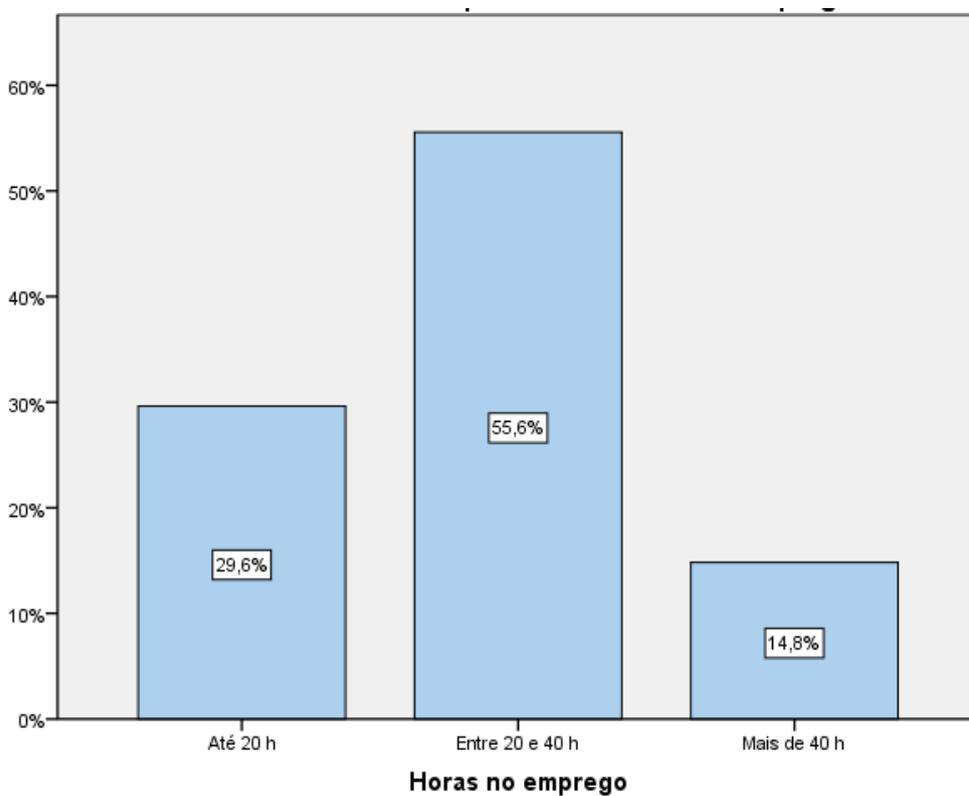
ganham provém do trabalho sexual, 9,5% obtêm metade do seu dinheiro com esta atividade e para 7,8% esse valor corresponde a menos de metade - Ver Gráfico 12.

Gráfico 12: Percentagem de dinheiro obtido com o sexo comercial



Dos participantes que têm outra atividade profissional, 29,6% dependem até 20 horas nesse outro emprego, 55,6% entre 20 e 40 horas e 14,8% mais do que 40 horas por semana - Ver Gráfico 13.

Gráfico 13: Número de horas que trabalha em outro emprego



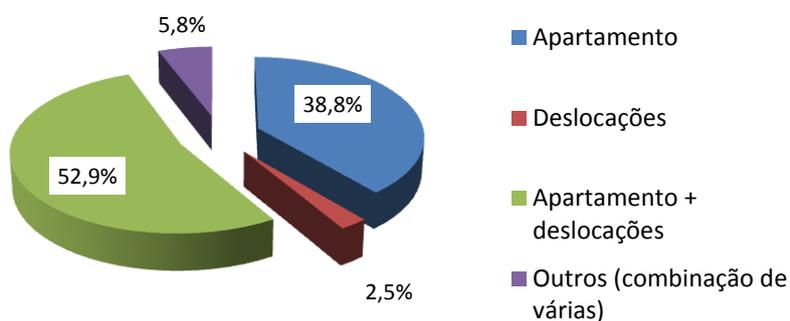
iii. Características da atividade sexual comercial e da vida dos/as trabalhadores/as do sexo

A duração média do tempo de permanência na atividade para as pessoas que entrevistamos é de 3.88 anos (DP=3.74), com um mínimo de um mês e um máximo de 21 anos de trabalho sexual comercial. A baixa duração média da atividade que foi encontrada poderá estar relacionada com os quase $\frac{3}{4}$ de migrantes da amostra, na medida em que estes parecem encarar esta atividade como temporária mais do que os/as autóctones (Oliveira, 2011).

Quanto ao local de exercício da atividade é, como seria de esperar, dada a forma como foi constituída a amostra, predominantemente, o apartamento. Contudo, a maioria dos/as inquiridos/as - 52,9% -, além de trabalhar em apartamento também faz deslocações, a hotéis ou a casas dos clientes; 2,5%

fazem apenas deslocações; e 5,8% trabalham em diversos locais, como é o caso de uma mulher que trabalha num apartamento, faz deslocações a hotéis e é empregada num bar de alterne. Desta forma, apenas 38,8% trabalham só em apartamento - Ver Gráfico 14.

Gráfico 14: Local de trabalho

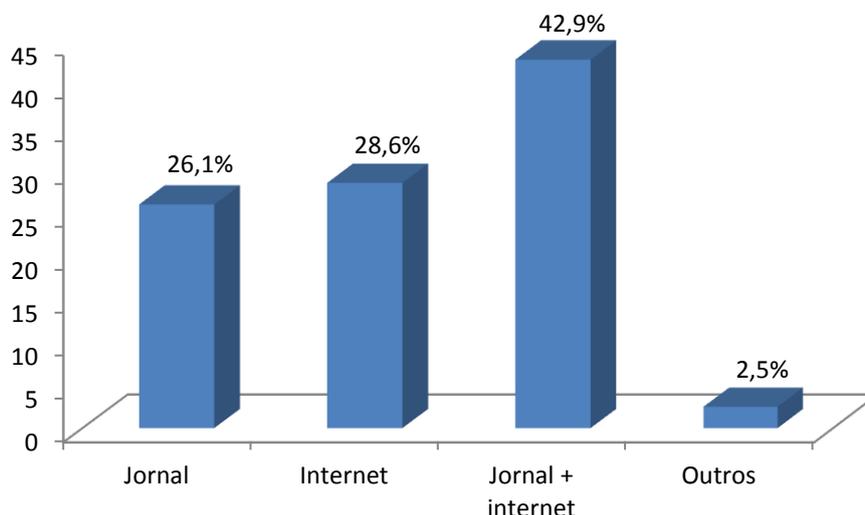


A publicitação do sexo comercial é feita através de anúncios colocados simultaneamente em jornais e em páginas da internet por 42,9% dos inquiridos, enquanto 28,6% publicitam apenas na internet e 26,1% somente em jornais. O uso de outras formas de promoção dos serviços é feito por 2,5% dos/as entrevistados/as, designadamente por possuírem contactos telefónicos de prováveis clientes ou por usarem a rua como local de solicitação - Ver Gráfico 15.

Se somarmos todos os indivíduos que recorrem a *web sites* especializados para anunciarem os seus serviços, obtemos o resultado de 71,5%, o que significa que quase $\frac{3}{4}$ da amostra utiliza este meio como forma de publicitar o seu trabalho. Desta forma, é clara a importância que têm as novas tecnologias de informação na divulgação dos serviços de sexo comercial. Esta relação entre as mais recentes tecnologias de informação e o trabalho sexual, nomeadamente a ideia de que aquelas vieram ajudar a

redefinir a atividade do trabalho sexual, sendo um contributo importante para a autonomia dos TS, foi, aliás, já discutida e defendida por Bernstein (2007).

Gráfico 15: Locais de promoção do trabalho sexual

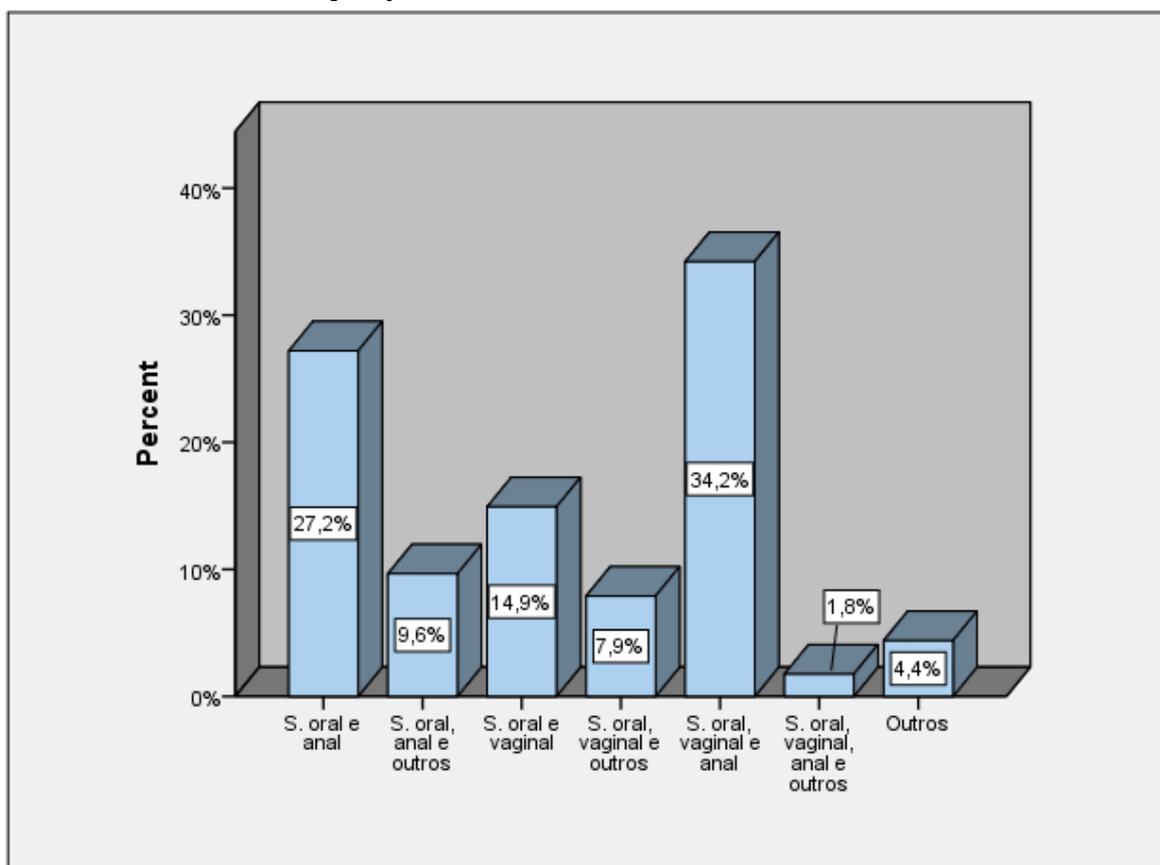


Os serviços prestados pelos TS abrangem diversas combinações que incluem sexo oral, anal e vaginal, sendo a percentagem mais relevante a dos/as que dizem realizar as três práticas (34,2%), seguida daqueles que dizem praticar apenas sexo oral e anal (27,2%) e, depois, pelos/as que dizem praticar sexo oral e vaginal (14,9%). A prática de outras atividades consideradas não sexuais, como, por exemplo, a dominação, o beijar, as massagens, o uso de acessórios ou os serviços de acompanhamento, são referidas por 23,7% dos inquiridos/as, sendo que 9,6% referem praticar sexo oral, anal e outros, 7,9% sexo oral, vaginal e outros, 1,8% sexo oral, vaginal, anal e outros e 4,4% apenas referem “outros” – Ver Gráfico 16.

Os diversos serviços que são prestados pelos diferentes TS, de acordo com o que se pode observar no gráfico 16, podem agrupar-se em três combinações que incluem sexo oral, vaginal e anal (i.e. oral e anal; oral e vaginal; oral, vaginal e anal) e, ainda, para uma percentagem deles, outras práticas consideradas não sexuais. Assim, se juntarmos todos os sujeitos que dizem praticar serviços incluídos numa dessas combinações independentemente de praticarem “outros” ou não, podemos verificar, qual a

percentagem de TS que além das práticas sexuais presta outro tipo de serviços para cada uma dessas combinações. Então, tal como consta no gráfico 17, da totalidade de pessoas que pratica sexo oral e anal, 26,2% ainda prestam outras atividades de cariz não sexual, para a soma das que dizem praticar sexo oral e vaginal, 34,6% praticam outras atividades e apenas 4,9% das que praticam sexo oral, vaginal e anal também desempenham outros serviços.

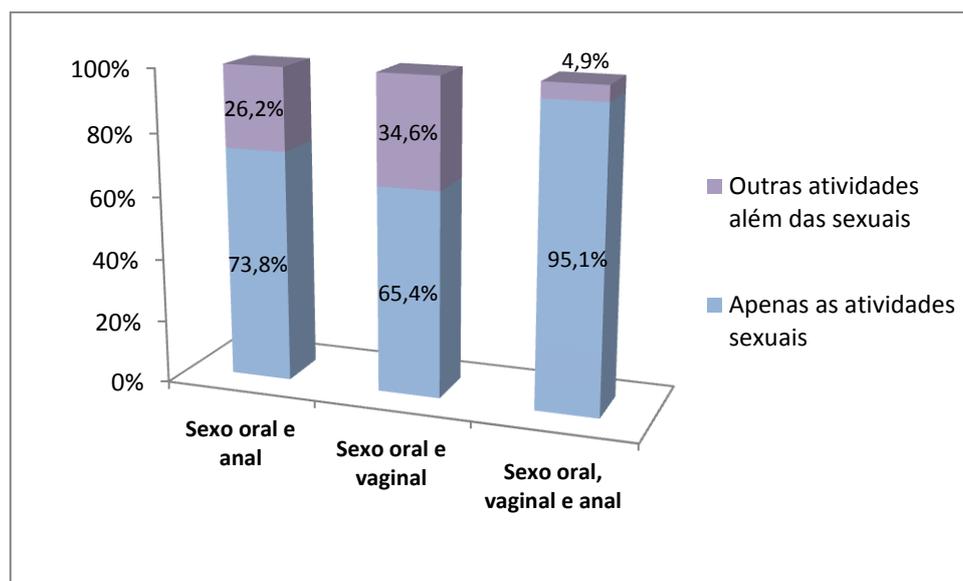
Gráfico 16: Serviços prestados



De notar que, cruzando a variável “serviços prestados” com a variável “sexo/género” constatamos que a totalidade de participantes que dizem praticar sexo oral e vaginal é mulher, sendo esta associação estatisticamente significativa [$\chi^2 = 75,023$, $p < .05$]. Assim, podemos afirmar que é entre as mulheres biológicas, quando comparadas com os homens e com as

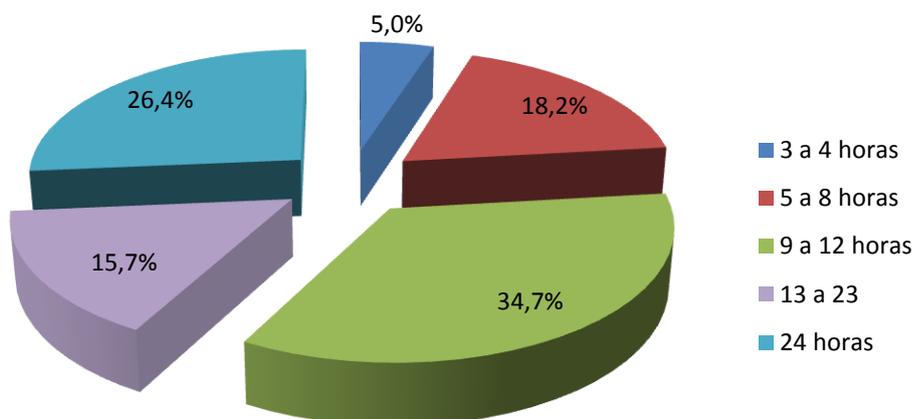
transexuais, que se encontra a maior percentagem de pessoas que, além das práticas sexuais, presta outro tipo de serviços (tais como os que referimos anteriormente).

Gráfico 17: Serviços prestados agrupados por conjunto de práticas



O número de horas que os/as inquiridos/as trabalham por dia no sexo comercial varia entre as três e quatro horas (5%) e as 24 horas (26,4%), com 34,7% deles/as a trabalhar entre nove e 12 horas por dia. Os que trabalham entre 13 e 23 horas por dia são 15,7% e 18,2% fazem-no entre cinco e oito horas diárias - Ver Gráfico 18. Desta forma, mais de $\frac{3}{4}$ dos/as TS da amostra (76,8%) dependem acima de oito horas diárias nessa atividade. É de salientar ainda o expressivo número de participantes que trabalha 24 horas por dia, mais de $\frac{1}{4}$ deles/as, pelas evidentes implicações desse horário na sua vida e saúde.

Gráfico 18: Número de horas diárias disponível para atender clientes



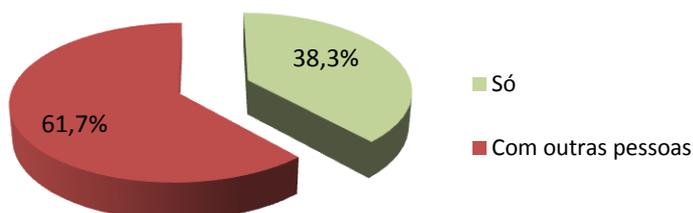
Quanto ao número de dias por semana em que estão disponíveis para atender clientes, 47,7% dos/as participantes trabalham sete dias por semana e 31,4% e 16,5% trabalham seis e cinco dias por semana, respetivamente. Os restantes 4,1% trabalham entre dois e quatro dias por semana.

32

O número de clientes que, em média, cada profissional do sexo atende por dia é de 3.58 (DP = 2.05), com um valor máximo de 15 clientes por dia (N=1) e um mínimo de um (N=12).

Quando perguntámos aos participantes se trabalhavam sozinhos ou com outras pessoas, 61,7% responderam que trabalhavam com outros profissionais do sexo contra 38,3% que disseram que o faziam sós - Ver Gráfico 19.

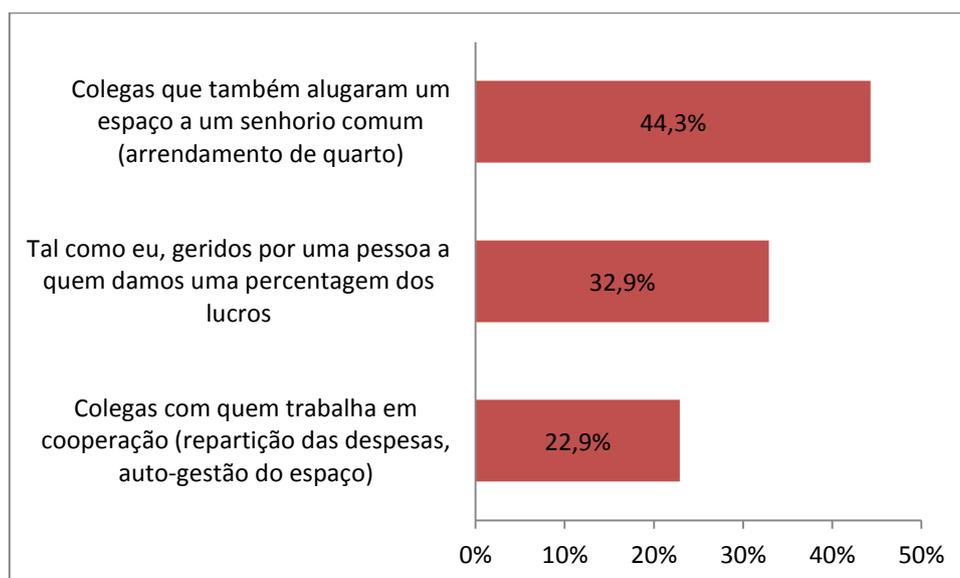
Gráfico 19: Com quem trabalha



Relativamente aos que não trabalham sozinhos, as outras pessoas com quem partilham o local de trabalho são, tal como pode ser analisado no gráfico 20, para 44,3%, colegas que também alugaram um espaço a um senhorio comum, ou seja, arrendaram um quarto num espaço de sexo comercial; para 32,9% os/as colegas com quem trabalham são, tal como eles/as, geridos por uma terceira pessoa a quem dão uma percentagem dos lucros; ou, colegas com quem trabalham em cooperação, no caso de 22,9% dos/as inquiridos, o que quer dizer que o espaço é autogerido, havendo uma repartição das despesas associadas ao negócio.

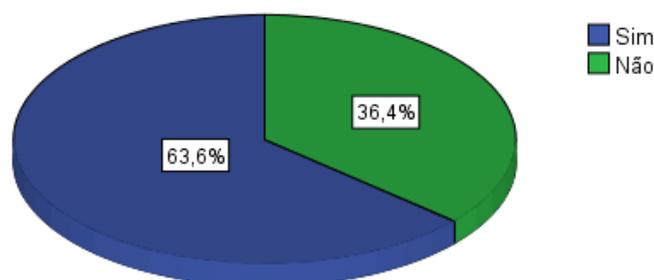
Tomando a totalidade dos/as TS inquiridos, apenas 20,3% deles são geridos por terceiros com quem devem repartir os seus lucros, o que implica que a existirem situações de exploração e de abuso, elas encontrar-se-ão apenas nesta minoria de casos, pois os restantes trabalham de forma autónoma ou em cooperação com colegas. Desta forma, a imagem dominante sobre o trabalho sexual de interior, comumente representada como sendo caracterizada pela exploração e pela falta de liberdade, é desconstruída com base nestes dados.

Gráfico 20: Relação que tem com as pessoas com quem trabalha, no caso de não trabalhar sozinho/a



No que concerne ao local de residência dos participantes, para 63,6% deles é o mesmo local em que trabalham, enquanto 36,4% moram num local diferente daquele em que trabalham - Ver Gráfico 21.

Gráfico 21: Trabalha no mesmo local em que vive?



Perguntámos também aos participantes do nosso estudo a quantidade de países e de cidades em que haviam trabalhado nos últimos 12 meses, de forma a aferir a sua mobilidade.

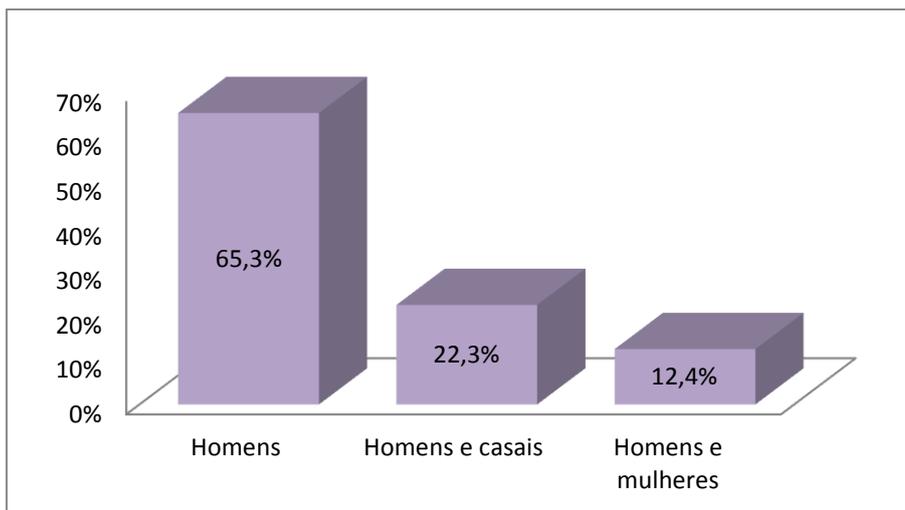
O que obtivemos, quanto aos países, foi a média de 1,8 (DP=1,287), com o valor máximo de sete e o mínimo de um. A maioria dos/as inquiridos (60,3%) trabalhou apenas em Portugal, no último ano, enquanto 18,2% trabalharam também em outro país. Os restantes 21,5% estiveram em entre três e sete países a trabalhar no sexo comercial.

No que respeita às cidades, a média foi de duas (DP=6,528), com um mínimo de uma e um máximo de 30, sendo que 42,9% das pessoas inquiridas trabalhou apenas em Lisboa, no último ano, 13,4% trabalharam ainda em outra cidade, 15,1% trabalharam em entre três e cinco cidades, 16% entre seis e dez e 12,4% em mais do que 10 cidades.

Ainda no que concerne às características da atividade sexual comercial, 65,3% dos/as trabalhadores/as do sexo entrevistados referem que os seus clientes são apenas homens, 22,3% dizem atender homens e casais e 12,4%

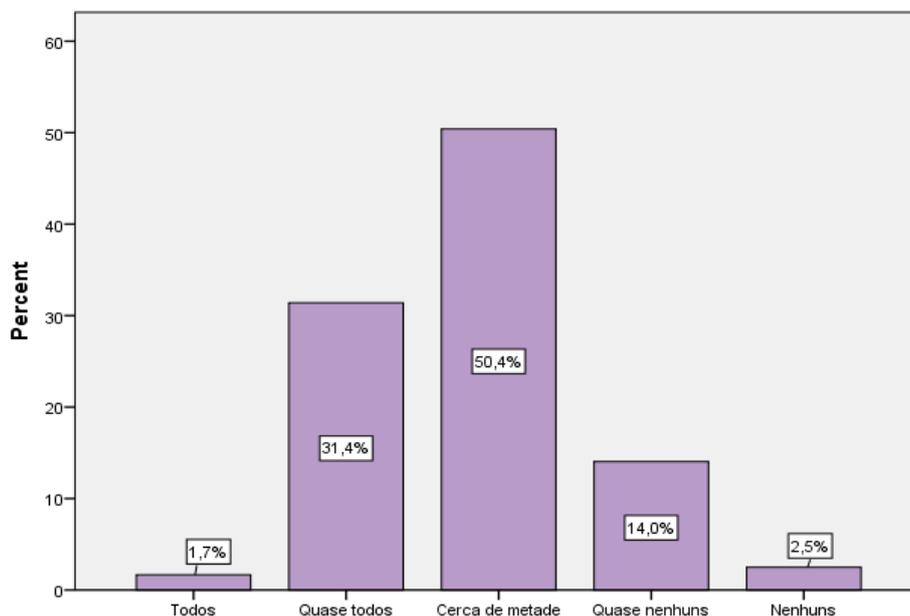
têm entre os/as seus clientes homens e mulheres - Ver Gráfico 22. Estes dados vêm mostrar que os clientes do sexo comercial são sobretudo homens, sem deixar de atestar que, embora menos expressiva, existe procura de serviços sexuais por parte de mulheres e de casais.

Gráfico 22: Quem são os/as seus/suas clientes?



Finalmente, para saber se os clientes que procuram os/as TS são ou não clientes habituais, perguntámos “Quantos dos seus clientes são habituais?”. Obtivemos como resposta de 50,4% dos entrevistados que cerca de metade dos seus clientes são habituais, enquanto para 33,1% são todos ou quase todos e para 16,5% nenhuns ou quase nenhuns dos seus clientes são habituais - Ver Gráfico 23.

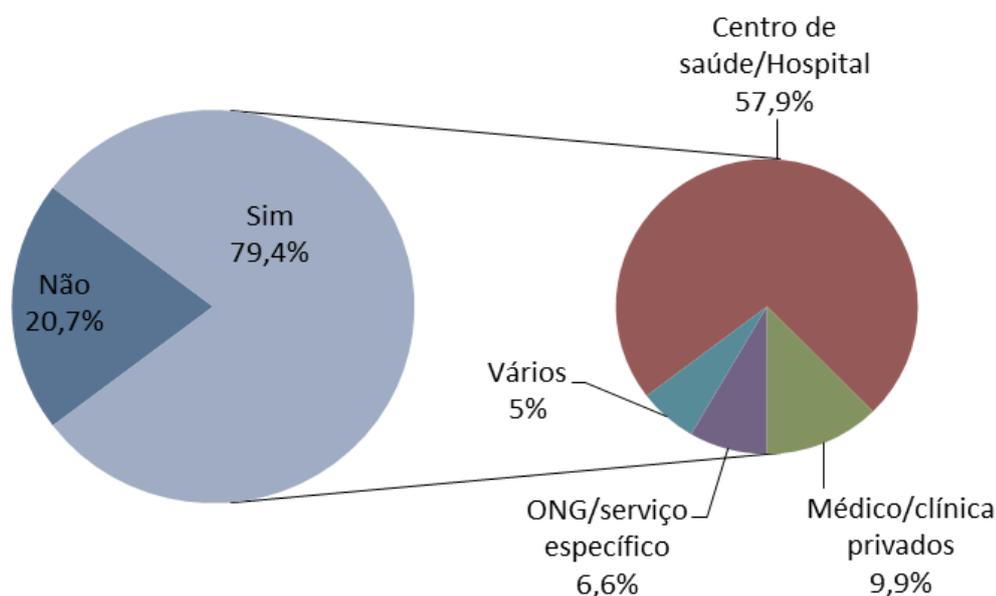
Gráfico 23: Quantos dos seus clientes são habituais?



iv. Aspetos relativos à saúde

No que se refere a práticas de saúde, as respostas indicaram-nos que 79,4% dos/as participantes recorrem habitualmente a serviços de saúde, sendo que 20,7% dizem não o fazer regularmente. Dos que recorrem de forma habitual a serviços de saúde, a maioria (57,9%) procura serviços de saúde públicos, nomeadamente centros de saúde e hospitais. Os restantes dirigem-se a serviços de saúde privados (9,9%), a serviços específicos para trabalhadores do sexo geridos por ONG (6,6%) ou, então, combinam a procura de vários tipos de serviços (5%) – Ver Gráfico 24.

Gráfico 24: Recurso habitual a serviços de saúde e tipo/s de serviços



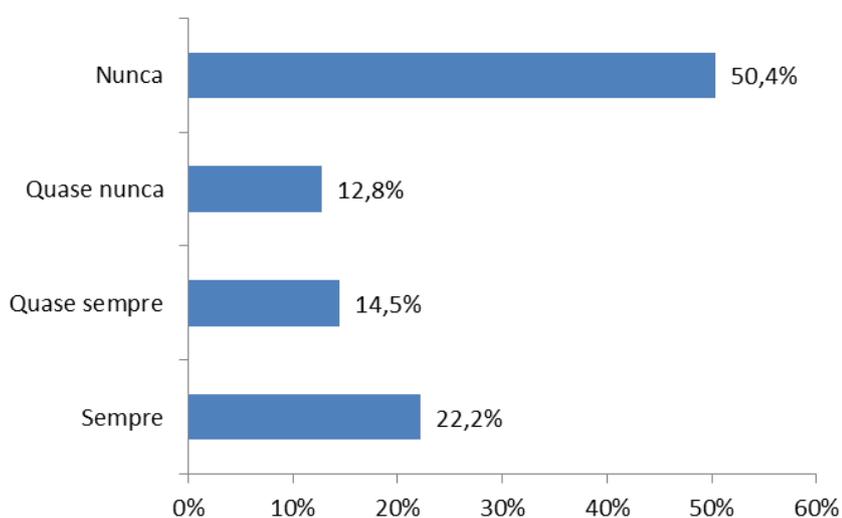
Ainda para tentar compreender as práticas de saúde dos TS, questionámos sobre a última vez que recorreram a um serviço nessa área. A esta pergunta, 92,8% deles/as referiram tê-lo feito há um ano ou menos e 7,2% admitiram que não o fazia há mais de dois anos.

Estes indicadores relativos ao recurso a serviços de saúde parecem evidenciar uma preocupação com a saúde por parte dos/as TS.

Quanto à inscrição dos/as que são imigrantes no SNS, 63,4% deles estão inscritos/as, contra 36,6% que não estão. De salientar que dos que não estão inscritos no SNS, 91,2% nunca tentaram consegui-lo. Contudo, entre os que estão inscritos no SNS, 13,6% destacaram os obstáculos que tiveram para obter essa inscrição e, também, 8,5% referiram a importância da intervenção dos técnicos das ONG na resolução das dificuldades associadas a esse processo. O conhecimento desses obstáculos e a consciência dessas dificuldades pode ajudar a compreender, pelo menos parcialmente, a ausência de tentativa de obtenção da inscrição no SNS por parte de uma tão grande percentagem de imigrantes.

Ainda relativamente à saúde, perguntámos se ao contactarem um profissional de saúde o informam de que são TS, no caso de essa informação ser relevante para o problema que o/a levou a recorrer ao serviço de saúde. A esta questão, 50,4% dos/as inquiridos/as respondeu que, nessas situações, nunca refere que pratica sexo comercial, com 22,2% a responder que o faz sempre - Ver Gráfico 25.

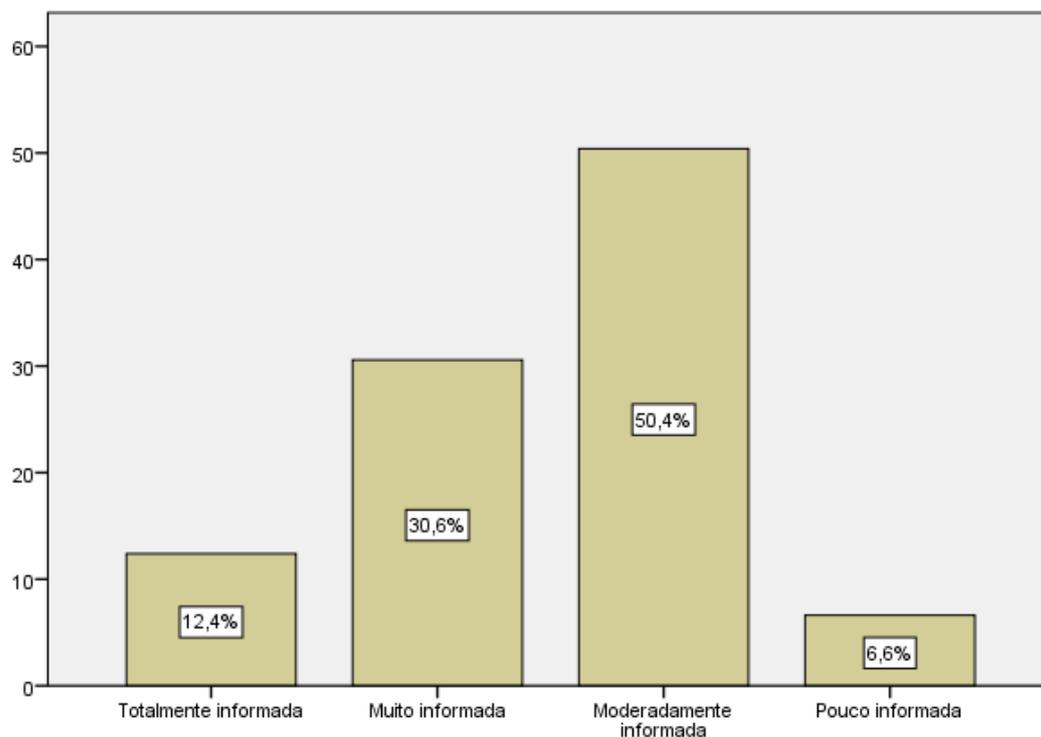
Gráfico 25: Quando consulta um profissional de saúde conta-lhe que faz sexo comercial (se for importante para o problema)



Este dado, que demonstra que cerca de 2/3 dos inquiridos oculta sempre ou quase sempre a sua atividade perante um profissional de saúde, aparece como merecedor de atenção na medida em que pode comprometer os procedimentos médicos e terapêuticos, pois o técnico de saúde está privado de informação relevante para a sua prática; além de que parece resultar do estigma associado ao trabalho sexual.

Quanto à informação que possuem relativamente ao tema das IST, 50,4% dos/as respondentes consideram-se moderadamente informados/as e 30,6% acham que são muito/a informados/as. Apenas, 12,4% consideram que estão totalmente informados/as e 6,6% pouco informados/as, tal como indicado no gráfico 26.

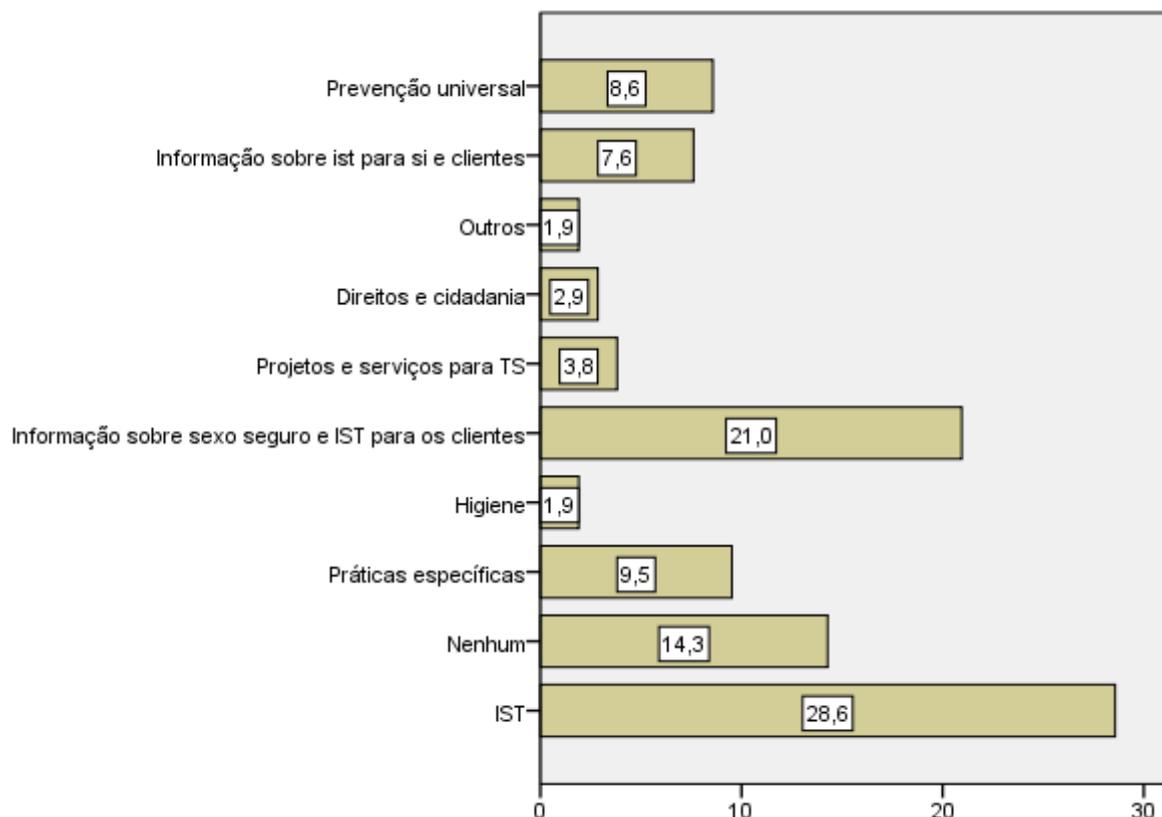
Gráfico 26: Considera-se uma pessoa informada em relação às infeções sexualmente transmissíveis?



No que respeita aos temas relativamente aos quais consideram carecer de mais informação, a área das IST é, tal como consta do gráfico 27, a mais referida, com 57,2% de respostas, sendo que, destas, 28,6% indicam que os clientes também deviam receber essa informação. No total, as respostas de necessidade de informação relativas às doenças e sua prevenção somam 65,8%. De realçar, ainda, que 3,8% consideram importante ter mais informação sobre projetos e serviços dirigidos especificamente para profissionais do sexo e 2,9% sobre direitos e cidadania. Quatorze vírgula três por cento não indica qualquer tema.

Temos, então, embora pequena, uma percentagem de TS que considera que está pouco informada relativamente às questões de saúde e, especificamente no que concerne às IST, mais de metade dos/as inquiridos/as considera que beneficiaria em ter mais informação. É ainda de salientar que muitos/as deles/as, quase 1/3, reconhece a falta de informação dos clientes em relação a este tema.

Gráfico 27: Há algum tema sobre o qual sente que existe necessidade de mais informação? Qual/is?



No que concerne à frequência com que o preservativo é utilizado nas relações sexuais comerciais, ela depende do tipo de prática, com taxas de utilização mais baixas no sexo oral do que no sexo vaginal e anal. Cerca de 98% dos inquiridos dizem usar o preservativo sem exceção, seja no sexo vaginal, seja no sexo anal (98,7% e 97,9%, respetivamente). Já quanto ao sexo oral, 31,4% dizem usar sempre, 29,8% quase sempre, 22,3% às vezes, 14,9% quase nunca e 1,7% nunca - Ver Tabela 1.

Tabela 1: Frequência da utilização do preservativo nas relações sexuais comerciais (%)

	Sempre	Quase sempre	Às vezes	Quase nunca	Nunca
Sexo oral	31,4	29,8	22,3	14,9	1,7
Sexo anal	97,9	2,1	0	0	0
Sexo vaginal	98,7	1,3	0	0	0

Quando questionados acerca do uso de preservativo na última relação sexual comercial a totalidade dos participantes (100%) afirmou ter usado preservativo, o que é consentâneo com as preocupações de saúde manifestadas nas questões anteriores.

A contrastar com estas taxas elevadas de utilização do preservativo, surge o grande número de propostas de sexo desprotegido que os/as profissionais do sexo dizem receber por parte dos seus clientes ou potenciais clientes. De acordo com as respostas obtidas, é muito frequente que os TS obtenham propostas de sexo não seguro por parte dos seus clientes no primeiro contacto que têm com eles, isto é, quando negociam as condições em que o passe vai ser efetuado. Assim, 40,5% dos/as TS referem receber quase sempre este tipo de propostas, 28,1% muitas vezes e 25,2% poucas vezes, sendo que apenas 5,8% dizem nunca ou quase nunca ter recebido este tipo de sugestão.

Ainda relativamente a esta questão, 81% dos/as nossos/as inquiridos/as referem que, no momento em que se vai concretizar a relação sexual, os clientes tentam ter práticas de risco, mesmo depois de esta possibilidade lhes ter sido negada aquando da negociação. Questionados os participantes sobre o que faziam nessas situações, todos/as responderam que se recusavam a ceder a essa hipótese, embora expressassem formas diferentes de o fazer.

Assim, 75,3% afirmaram que recusam de forma perentória e imediata a realização da relação sexual, 11,3% declararam que têm uma atitude pedagógica com o cliente ensinando-os sobre questões relacionadas com a saúde e com a doença e sobre os perigos do sexo não protegido, 7,2% dizem que antes de recusar tentam negociar e convencer o cliente do contrário e 6,2% têm outros comportamentos, incluindo uma atitude desafiadora na devolução da questão ao cliente, confrontando-o com os perigos que corre ao ter sexo sem preservativo com um/a TS.

Estes dados parecem evidenciar tanto os cuidados preventivos e a consciência do risco dos/as TS, como a necessidade de implementar estratégias de prevenção junto dos clientes.

Mais de metade dos/as participantes da nossa investigação, 53,7%, afirmam ter um parceiro sexual estável, sendo que os restantes (46,3%) não têm. As frequências de utilização de preservativos com estes parceiros sexuais

não comerciais e estáveis são bastante mais baixas em qualquer uma das práticas, com 89,1% dos/as participantes a admitir que nunca usa preservativo no sexo oral, 78,9% a nunca usar no sexo vaginal e 45,7% sem nunca utilizar no sexo anal. Assim, as percentagens de trabalhadores/as do sexo que dizem usar sempre o preservativo com os seus parceiros estáveis é bastante mais baixa do que a que foi encontrada para as relações sexuais comerciais, atingindo apenas 7,8% no sexo oral, 15,8% no sexo vaginal e 30,4% no sexo anal, tal como discriminado na tabela 2.

Tabela 2: Frequência de utilização do preservativo nas relações sexuais com o parceiro (estável) (%)

	Sempre	Quase sempre	Às vezes	Quase nunca	Nunca
Sexo oral	7,8	0	0	3,1	89,1
Sexo anal	30,4	4,3	10,9	8,7	45,7
Sexo vaginal	15,8	2,6	0	2,6	78,9

Relativamente aos parceiros sexuais ocasionais, mais de metade dos/as inquiridos (57,9%) refere que não tem, enquanto 42,1% diz ter.

Quanto ao uso de preservativo com estes parceiros ocasionais, verificámos que, em geral, ele é mais elevado do que com os parceiros estáveis, mas mais baixo do que com os clientes do sexo comercial. No que respeita ao sexo anal, 69,8% diz usar sempre preservativo e 16,3% quase sempre. Já no que concerne ao sexo oral, 64,7% nunca ou quase nunca usam preservativo. E, para o sexo vaginal, 57,9% referem usar sempre preservativo, 5,3% quase sempre, 21,1% às vezes e 15,8% nunca ou quase nunca, tal como está expresso na tabela 3.

Tabela 3: Frequência de utilização do preservativo nas relações sexuais com parceiros ocasionais (%)

	Sempre	Quase sempre	Às vezes	Quase nunca	Nunca
Sexo oral	15,7	3,9	15,7	21,6	43,1
Sexo anal	69,8	16,3	7	7	0
Sexo vaginal	57,9	5,3	21,1	5,3	10,5

v. Aspetos positivos e negativos do sexo comercial e comparação com outras atividades profissionais

Para tentar compreender o posicionamento dos/as participantes da investigação sobre o trabalho sexual, questionámos sobre o que consideravam ser o melhor e o pior do sexo comercial, bem como perguntámos sobre as semelhanças entre esta atividade profissional e outras.

À pergunta “O que é que o sexo comercial tem de melhor?”, 60,2% responderam que era apenas o dinheiro que ganhavam (e.g. “Ganhar mais do que noutros trabalhos”, “Conforto económico”, “O dinheiro e as prendas dos clientes”), enquanto 17,8% responderam que era o dinheiro e um outro motivo, entre os quais, a possibilidade de conhecer pessoas, as hipóteses de viajar, o prazer sexual obtido e, ainda, por se tratar de um trabalho emocional. Para 15,2% o trabalho sexual não tem nada de bom. Os/as restantes 6,8% foram incluídos na categoria “outros” que abarca respostas tão distintas como “Faz-se muita psicologia com os clientes” e “Dá experiência”.

Sobre o que o sexo comercial tem de pior, as respostas foram mais diversificadas e de difícil categorização. Obtivemos 144 respostas, com uma média de 1,2 respostas por respondente (N = 119), sendo que 10,1% indicaram mais do que uma característica/resposta.

Apesar disso, depois de uma aturada análise de conteúdo e sucessivos refinamentos das categorias, chegamos a um número de sete grupos de aspetos negativos do trabalho sexual, a saber:

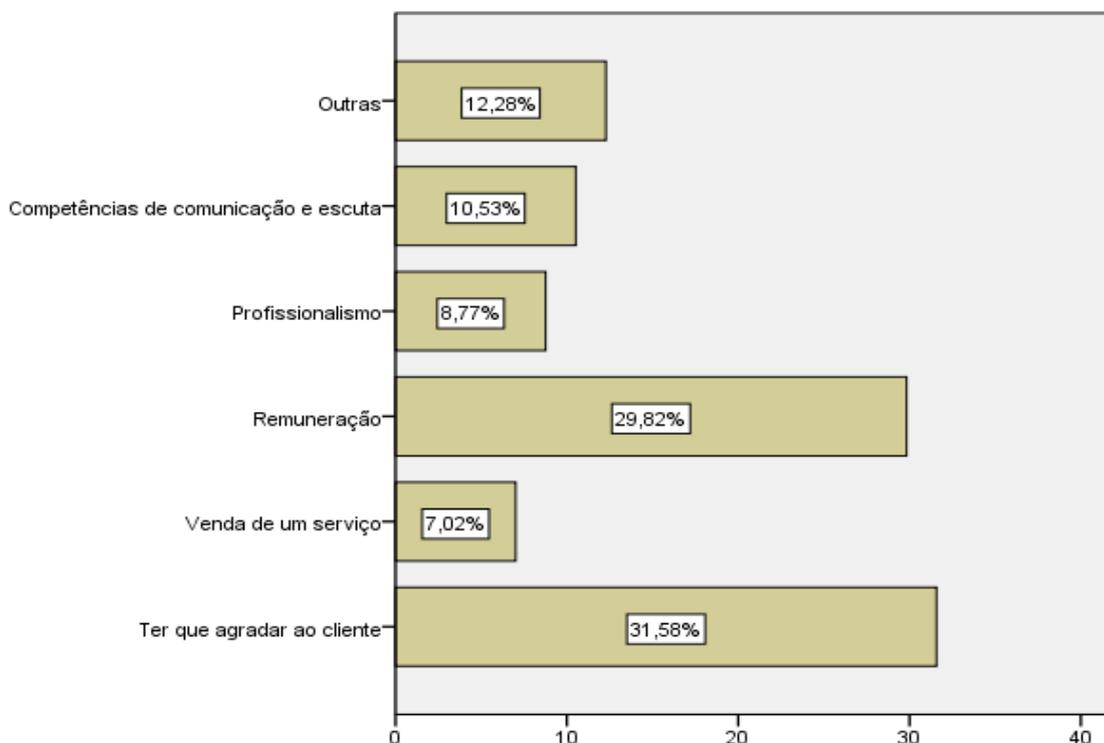
- (1) A categoria que reuniu maior número de respostas, 37,8%, encerra as características negativas dos clientes, sejam gerais, físicas, psicológicas ou comportamentais. Por exemplo, “ter que aturar os clientes”, “atender velhos, com mau aspeto”, “é repugnante (...) vender o corpo a gajos porcos, nojentos, doentes” ou “os clientes agressivos”.
- (2) Outra categoria inclui características próprias do trabalho sexual, especificamente de apartamento, tais como o *stress* da negociação constante ao telefone e ter que fazer sexo sem motivação sexual e com desconhecidos – 12,6%.

- (3) Os riscos para a saúde foram designados por 10,9% dos/as TS inquiridos.
- (4) O estigma associado ao trabalho sexual foi referido por 7,6% de participantes.
- (5) O impacto psicológico e emocional negativo foi mencionado por 7,6% dos inquiridos
- (6) Para 4,2% o sexo comercial tem “tudo” de melhor.
- (7) A categoria “outras”, relativa a 19,3%, inclui as respostas que não foram possíveis agrupar, como, por exemplo, a seguinte: “A escassa existência de boas relações sociais no sexo comercial”.

Por fim, questionámos sobre se consideravam haver semelhanças entre a atividade de sexo comercial e outras atividades profissionais, ao que cerca de metade respondeu que sim (49,2%) e outra metade que não (50,8%), o que significa que os respondentes se dividem sensivelmente a meio nas respostas a esta questão.

Aos que responderam positivamente pedimos que indicassem essas parecenças. A maior percentagem de respostas (31,6%) inclui a ideia de terem que agradar ao cliente que, segundo eles/as, é comum a outras profissões. Seguem-se depois as respostas que indicam que a semelhança se liga com a remuneração associada tanto ao trabalho sexual, como a outras atividades profissionais (29,8%). As competências de comunicação e escuta (10,5%), o profissionalismo (8,8%) e a circunstância de se tratar da venda de um serviço (7,0%) foram também indicadas como sendo semelhantes a diversas outras profissões. Um grupo correspondente a 12,3% de respostas engloba outras analogias, como, por exemplo, ter que cumprir um horário, ser cansativo, implicar um trabalho físico mas também psicológico ou ser necessária uma aprendizagem - Ver Gráfico 28.

Gráfico 28: Semelhanças entre o sexo comercial e outras atividades laborais



vi. **Aspetos não relacionados com o trabalho sexual**

As pessoas que fazem trabalho sexual não se resumem à prostituição, nem ao seu mundo. As trabalhadoras e os trabalhadores do sexo são sujeitos sociais que vivem em outras esferas, relacionam-se com outros/as pessoas e têm outros interesses. A imagem estereotipada dos/as TS tende a cristalizá-los no traço prostitutivo, mas as prostitutas e os prostitutos também se caracterizam pela normatividade (Oliveira, 2011): relacionam-se com familiares e amigos, têm momentos de lazer, praticam desporto, participam em eventos culturais.

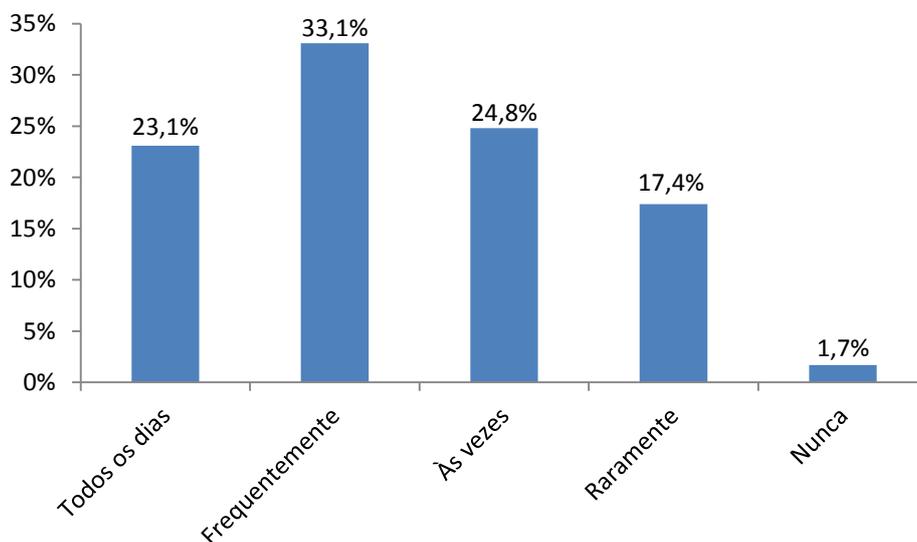
Por isto mesmo, quisemos ouvir os/as TS que inquirimos sobre alguns aspetos da sua vida que não estão relacionados com o trabalho sexual. Especificamente, pretendemos perceber se estão com familiares e com amigos

de forma regular, se se sentem isolados/as ou integrados/as e o que fazem nos seus tempos livres. O objetivo, aqui, foi o de evidenciar outras facetas das suas vidas privadas, dando visibilidade a outras experiências e aspetos pessoais que têm sido pouco valorizados pela ciência que *diz* a prostituição (Oliveira & Coelho, 2010).

Neste sentido, perguntamos aos/às inquiridos/as se habitualmente estão com os seus familiares mais próximos e, em outra pergunta, se costumam encontrar-se com os seus amigos. A primeira pergunta veio, contudo, a revelar-se inadequada, dada a grande percentagem de imigrantes presente na nossa amostra. À exceção dos/as imigrantes que têm outros familiares a residir em Portugal, esta pergunta carecia de pertinência. Por este motivo, muitos dos participantes, quando confrontados com esta questão, responderam que não podiam estar com os seus familiares porque eles se encontravam no seu país de origem, mas que os contactavam telefonicamente todos os dias. Assim, não incluiremos os resultados das respostas a esta questão por considerarmos que não têm validade, dada a composição da amostra.

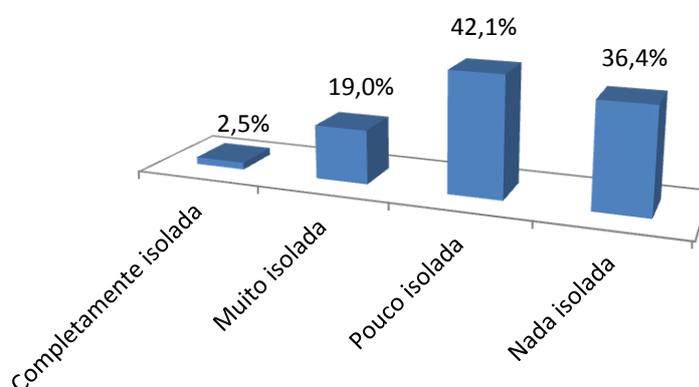
Quanto aos amigos, a maioria (56,2%) diz estar com os seus amigos todos os dias ou de forma frequente, 24,8% diz que os encontra por vezes e cerca de 1/5 (19,1%) diz que raramente ou nunca está com os seus amigos – Ver Gráfico 29.

Gráfico 29: Costuma estar com os seus amigos?



Também colocámos uma questão relativa à percepção de isolamento e obtivemos que 21,5% dos/as respondentes se consideram completamente ou muito isolados/as, enquanto 42,1% se acham pouco isolados/as e 36,4% julgam-se nada isolados – Ver Gráfico 30.

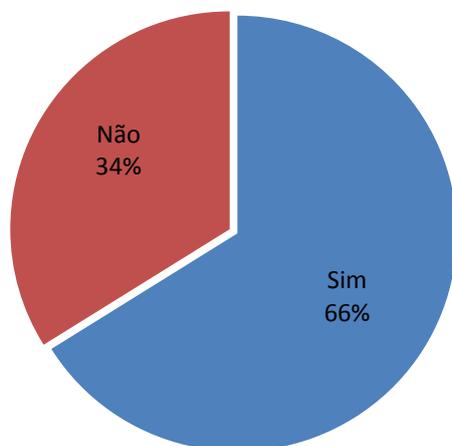
Gráfico 30: Sente que é uma pessoa isolada?



À questão “Se precisar de um apoio urgente tem a quem recorrer?”, obtivemos 34% de respostas negativas – Ver Gráfico 31. O que quer dizer que, se para 66% dos/as TS a ajuda numa situação de necessidade é percecionada como sendo alvo de apoio, para cerca de 1/3 dos/as respondentes o apoio social percebido é visto como inexistente.

As respostas a esta questão são consonantes com as respostas às perguntas anteriores, relativas aos contactos com amigos, bem como sobre a sensação de isolamento. Se 76% dos/as participantes são imigrantes, o que, para muitos/as dele/as, significará afastamento da família, se cerca de 20% diz que nunca ou raramente está com amigos e, ainda, em igual proporção os/as inquiridos/as sentem-se completamente ou muito isolados/as, compreende-se que 34% deles digam que, se precisarem de uma ajuda em situação de urgência, não têm a quem recorrer.

Gráfico 31: Se precisar de um apoio urgente tem a quem recorrer?



No que concerne à pergunta “O que faz nos seus tempos livres?”, obtivemos uma grande quantidade e variedade de respostas que dá conta da diversidade de atividades a que os/as TS se dedicam quando não estão a trabalhar. Esta era uma pergunta aberta cujas respostas tiveram que ser alvo de uma análise de conteúdo complexa dada a sua extensão e multiplicidade.

O total de respostas alcançado foi de 315, o que corresponde, em média, a 2,6 respostas por respondente (N = 119). A quantidade de grupos de respostas foi muito grande e as respostas eram tão díspares quanto “estar com os amigos e fazer voluntariado”, “viajar, fazer compras, ir a espectáculos, ficar em casa, cozinhar, comer e beber”, “ficar comigo mesma, ir à praia, ao ginásio e fazer compras”, “jogar à bola, ir ao cinema e ouvir música”. A primeira análise revelou que as respostas se associavam em 37 grupos diferentes com uma frequência mínima de 1 e uma frequência máxima de 16 para a associação entre cultura e entretenimento.

Depois de sucessivas análises, em que as categorias foram sendo continuamente melhoradas, obtivemos sete grupos de categorias de respostas

que apresentamos de seguida, bem como a percentagem de respondentes que referiu esse tipo de actividades na sua resposta¹⁰:

1 - Actividades culturais (ir ao cinema, ao teatro e a museus, ouvir música, ler) – referidas por 46,2% dos/as participantes;

2 - Actividades desportivas (ir ao ginásio, praticar artes marciais, jogar ténis, andar de barco, fazer surf, pescar) – referidas por 12,6%;

3 - Actividades de entretenimento (ir à discoteca, ir à praia, ver televisão, consumir álcool ou cannabis, ir às compras, ir ao cabeleireiro, passear, almoçar ou jantar fora ...) – 67,2%;

4 - Actividades de relacionamento social, familiar e amoroso (conviver com amigos, família e com par amoroso): 26,9%;

5 - Actividades de relacionamento virtual (conversação em chats da internet): 20,2%;

6 - Actividades domésticas (cozinhar, arrumar, tratar dos animais, tratar das plantas): 15,1%;

7 - Outras actividades (ir a feiras, ir à praça, ficar em casa, ficar comigo mesma, dormir, fazer turismo, viajar): 16%.

Estas respostas revelam a quantidade e diversidade de actividades empreendidas pelos/as TS nos seus tempos livres, mas, ainda, a riqueza que as caracteriza. Salientamos as actividades desportivas e culturais pelo elevado valor que adquirem na sociedade atual, sendo sempre estimuladas e sinónimo de vida saudável, tanto física como intelectualmente. De destacar, ainda, a importância percentual das actividades de relacionamento social seja presencial, seja virtual. Estas respostas que enfatizamos, mesmo excluindo outras respostas igualmente reveladoras, tais como as actividades de entretenimento, atestam da normatividade dos/as TS e da sua inserção sócio-cultural. Desocultam, enfim, o que os estereótipos não deixam ver: que as vidas dos/as TS não se resumem ao sexo comercial e que os seus interesses são ricos e abundantes e que, afinal, os *desviantes* têm aspetos normativos nas suas vidas. Ou, de forma mais correta, como é esse rótulo de desviante que a sociedade lhes coloca que impede de ver quão normativos são, pois como

¹⁰ A percentagem é superior a 100 pois o número de respostas é superior ao número de respondentes.

dizem Adler e Adler (2006), quanto mais nos tornamos próximos de um grupo desviante mais normal ele nos parece.

b. Estudo qualitativo com homens e transexuais

A introdução desta componente nesta investigação pretendeu captar de forma mais detalhada alguns dos aspetos em estudo. A realização das entrevistas aprofundadas a um subgrupo da amostra total teve como objectivo a complexificação e o aprofundamento de algumas questões que não podiam ser captadas com a metodologia quantitativa. A realização de entrevistas, ao ter privilegiado a voz dos seus atores, foi promotora da emergência de sentidos e de significações relativos a aspectos específicos da vida destes/as trabalhadores/as do sexo. A escolha de um grupo de homens e de transexuais prendeu-se com a evidência de que estes continuam ser aqueles que estão mais ausentes das investigações sobre sexo comercial (Oliveira, 2011).

i. Características sociodemográficas e de trabalho

Os/as TS entrevistados/as são seis homens e dois transexuais de homens em mulheres (MtF) entre os 23 e os 38 anos e todos trabalham em apartamentos em Lisboa. A nacionalidade de quase todos/as é brasileira, sendo apenas um português. Quanto à orientação sexual, três são heterossexuais, dois são bissexuais e três homossexuais. A tabela 4 resume estas características.

Tabela 4: Características sociodemográficas dos/as participantes do estudo qualitativo

Entrevistados/as	Idade	Nacionalidade	Orientação sexual	Identidade de género
E1	28	Brasileira	Heterossexual	Cisgénero ¹¹
E2	33	Brasileira	Homossexual	Cisgénero
E3	26	Brasileira	Homossexual	Cisgénero
E4	34	Brasileira	Bissexual	Cisgénero
E5	38	Portuguesa	Homossexual	Cisgénero
E6	26	Brasileira	Heterossexual	Transexual
E7	32	Brasileira	Heterossexual	Transexual
E8	22	Brasileira	Bissexual	Cisgénero

Quase todos estes TS publicitam os seus serviços através da colocação de anúncios em jornais. Um deles prefere utilizar a internet para divulgar o seu trabalho.

Quanto aos locais onde exercem a atividade sexual comercial, três dos entrevistados recebem os clientes na sua própria casa, um refere alugar mensalmente um quarto para esse efeito e os três restantes *fazem praças*¹² e deslocam-se a domicílios, hotéis e motéis.

¹¹ Cisgénero é uma palavra que, nos estudos de género, designa as pessoas cujo sexo biológico e o género são concordantes. Nos casos deste estudo, os entrevistados identificados como cisgénero são homens biológicos que se identificam com o género masculino.

¹² “Fazer praças” é a expressão que designa um sistema de trabalho em que os trabalhadores do sexo (ou as trabalhadoras do sexo) mudam de local de trabalho sistematicamente, em geral de 15 em 15 dias.

ii. Trajetórias e significados

A trajetória de vida dos entrevistados engloba uma diversidade de experiências, de percursos e de motivações até se tornarem prostitutas/as.

Se a maioria dos/as TS entrevistados começou a atividade de sexo comercial depois dos 18 anos, três deles iniciaram o trabalho sexual antes de atingirem a maioridade.

A duração da atividade prostitucional é também variável, existindo na nossa amostra tanto homens que exercem trabalho sexual como atividade principal há cinco anos ou mais, como um que exerce há menos de um ano. No caso de três deles, a prestação de serviços sexuais é vista como uma atividade secundária, usando para isso as expressões “esta não é a minha atividade principal” (E5), “isto é tipo um *part-time*, um biscate” (E2) ou “é o meu plano b, quando eu encontro um trabalho, eu saio disto” (E8).

Quanto aos motivos de entrada na prostituição, todos referem como principal razão a necessidade económica ou o desejo de auferir ganhos mais elevados. No entanto, esta necessidade surge em situações diferentes e encontra-se associada a outros fatores não necessariamente económicos.

Um exemplo claro de necessidade económica é o de E6. Este TS saiu de casa dos pais por opção própria aos 16 anos e foi viver para uma nova cidade planeando ter uma vida normativa que passasse por ter um emprego, ser estudante e ter um namorado. Contudo, como não encontrou um emprego que lhe permitisse pagar todas as despesas iniciou-se no trabalho sexual.

Já E8 conta que a primeira vez que fez um *programa*¹³ foi em Copacabana (Rio de Janeiro, Brasil) quando passeava com uma amiga e um homem as convidou para irem para um hotel. A partir daí, sempre que precisava de dinheiro, recorria à prostituição.

Parece que a existência de uma oportunidade para realizar trabalho sexual pode favorecer a entrada nessa atividade. A questão das oportunidades que levam alguém a exercer trabalho sexual parece, assim, igualmente central nas motivações de alguns/algumas TS. Como diz E4:

¹³ *Programa* diz respeito ao sexo comercial. *Garoto/a de programa* é uma expressão usada no português do Brasil que se refere ao/à trabalhador/a do sexo. “Fazer programa” é praticar prostituição.

A pessoa que me colocou ali foi uma mulher. Eu tive um relacionamento com ela e ela tinha uma boíte na altura e me pôs a trabalhar como *stripper* nessa boíte... vou falar que maioria entra por opção, outros por necessidade, mas a maioria é por oportunidade. Eu entrei por oportunidade. Porque as pessoas que bateram e bateram e bateram para ter trabalho e não conseguiram, depois receberam um convite e entraram.

Relacionada com a questão da oportunidade pode estar a influência de uma terceira pessoa, como foi o caso do E4, mas também do E8: “Nunca me passou pela cabeça trabalhar nisto, mas depois o meu primo me fez a cabeça (risos)... a gente entrou junto nisto, um dia estávamos em casa, não tínhamos trabalho...”.

Outro dos entrevistados, que é profissional noutra área, recorre à prostituição sazonalmente, pois, em período de férias escolares, fica sem trabalho. Contudo, para este homem, as motivações não se encerram nesta face mais visível que é o fator económico, pois, de acordo com ele, há um lado experimental no sexo comercial:

Na minha vida (...) interessa-me o lado sexual e a interpretação dos papéis sexuais e o universo do *strip*, dos atores porno, do *escort*...porque o próprio trabalho também tem a ver com isso e por isso interessou-me explorar esta área (E5).

Os depoimentos dos/as TS entrevistados revelam, então, diversas motivações que favorecem, não apenas a entrada, mas também a sua permanência na atividade. Entre essas, dão especial relevância às motivações relacionadas com a dimensão afetivo-sexual que proporciona satisfação na atividade. Vejamos alguns exemplos dos seus discursos: “Acho piada estar a receber para dar prazer alguém” (E2); “Levanta a minha auto-estima para cima, é gostoso, eu me divirto com isso...” (E3); “Os homens procuram a gente, claro que é uma questão sexual mas faz parte do ego (...) é uma coisa que eu gosto de fazer, eu gosto de conversar, procuro entender as pessoas” (E7). Deste modo, de acordo com os significados que os/as TS atribuem à sua atividade, esta propicia um aumento da auto-estima, por saberem que são desejados/as, a par do desenvolvimento de sentimentos de auto-valorização por sentirem que

estão a contribuir para o bem-estar de outrém, pois consideram que o trabalho sexual se trata de “um serviço que deixa as pessoas bem” (E5).

Para além destes aspetos positivos, de acordo com as pessoas entrevistadas, existem outros benefícios quando se opta por este percurso. Desde logo, a independência laboral e a flexibilidade de horários (por exemplo: “no dia que eu quero eu vou, no que eu não quero, eu não vou...trabalho por mim mesmo” - E8), mas também a possibilidade de satisfação erótica e sexual: “também porque gosto muito de sexo” (E5) e “Se calhar não fazia aquilo com uma pessoa mais íntima, mas ali fiz e achei gostoso, excitante... ali acabo por fazer e acabo por me ir realizando também” (E3).

Apesar destes discursos que salientam os aspetos positivos, encontramos também vários discursos negativos sobre o trabalho sexual que tanto realçam a interferência deste nas suas relações afetivas, como destacam a reação social negativa relativamente a esta atividade. Vejamos alguns exemplos. E5 refere a interferência que a atividade sexual comercial tem na sua vida afetiva, pois, ao ser algo que não é socialmente aceite, torna-os muito isolados, o que não é gratificante. E2 partilha desta opinião, uma vez que considera que construir e viver uma relação amorosa não é totalmente compatível com o exercício da prostituição, o que acaba por tornar esta vida numa vida solitária, sobretudo para aqueles que estão pouco tempo no mesmo sítio e conhecem poucas pessoas. Além disso, de acordo com estes entrevistados, acresce ainda a necessidade de gerir uma vida dupla. Ainda E1 fala-nos da dificuldade em gerir as situações, muito habituais, em que potenciais *clientes* telefonam não para comprar um serviço sexual mas para insultar, tanto pela sua condição de trabalhador/a do sexo, como de migrante.

Não obstante a possibilidade de satisfação erótico-sexual que este trabalho pode propiciar, em algumas situações, essa mesma dimensão também se reveste de aspetos negativos, essencialmente, pela obrigatoriedade em fingir algo que não sentem, como é exemplo, o seguinte excerto de uma entrevistada:

Tem a ver com a parte sexual em si porque muitas vezes é uma espécie de teatro estar a fingir que gostamos de estar com a pessoa e não é nada disso (...) é preciso um grande papel de ator para que a pessoa

fique convencida que estamos a gostar dela, e muitas vezes não estamos e isso é um bocado chato (...) é uma coisa íntima com a qual devíamos ter prazer e nem sempre temos e isso é doloroso, é agressivo (E5).

De forma a evitar ou a minimizar o impacto psicológico negativo dessa simulação, os/as TS utilizam diversas estratégias. Uma delas é a recusa em atender o cliente que tanto pode ser feita de forma direta (“Se não me interessa prefiro recusar e dizer que não estou interessado” - E5), como indireta (“Já aconteceu chegarem aqui e eu fazer-me de despistado ‘não, não é aqui de certeza, é engano’” - E2). Outra estratégia passa pela erotização do corpo do cliente: “Aprendi uma coisa, não tem nenhum feio que não tenha nada de bonito e não tem nenhum bonito que não tenha nada de feio (...) Eu concentro-me naquilo que ele [o cliente] tem que me agrada e vou” (E7). Uma outra ainda prende-se com o carácter mecânico que o sexo comercial adquire para alguns/mas deles/as, permitindo-lhes distanciar-se afetiva, emocional ou sexualmente desse ato: “O sexo para mim se tornou uma coisa banal (...) Sinceramente, eu faço porque é um serviço, eu nem sinto prazer mesmo” (E6).

Ser homem e fazer sexo com outros homens não é sinónimo de ter uma orientação sexual homossexual ou bissexual, mas tal pode acarretar um conflito interior e uma maior estigmatização. De acordo com o discurso do TS homem heterossexual que entrevistámos, o facto de ele ser heterossexual e ter clientes homens causou-lhe alguma perturbação no início da atividade sexual comercial. Este homem começou por questionar a sua orientação sexual, mas, depois, conseguiu ultrapassar as suas dúvidas, recorrendo, sobretudo, a estratégias de racionalização. Assim, ele passou a estabelecer uma *linha divisória* entre a sua identidade pessoal e a sua identidade profissional, considerando que é heterossexual na sua vida privada, mas que, no trabalho, é bissexual. Isto quer dizer que ele não se revê na identidade homossexual fora do trabalho, mas que julga ter que o fazer durante o trabalho para que este seja honesto e mais realista para os seus clientes. Este TS faz, então, uma separação clara entre a esfera laboral e a vida privada: “Pela minha forma de trabalho eu já compreendo que sou bissexual, mas saindo daqui da porta, eu não sou (...) Saindo daqui, eu não tenho coragem de fazer nada disso por gosto, por vício... mas é o meu trabalho” (E1).

Algumas das características do trabalho sexual de apartamento podem incluir os aspetos mais negativos desta atividade. Os/as TS entrevistados referem que colocar um anúncio e esperar por uma chamada de um cliente é algo que pode dar origem a grandes níveis de *stress* e de frustração por diversas razões. Entre estas, o facto de poderem estar longos períodos de tempo sem receber uma chamada, estarem constantemente a recebê-las, atenderem chamadas de possíveis clientes que apenas pedem algumas informações e, afinal, não pretendem concretizar o negócio e responderem a hipotéticos clientes que pretendem concretizar o negócio, marcam uma ida a casa do profissional do sexo e acabam por não comparecer. Vejamos alguns destes motivos nos seguintes exemplos de discursos dos/as entrevistados/as: “Tem gente que liga, que marca e não vem” (E1); “Estamos sempre a atender chamadas e nos preparamos psicologicamente para receber o cliente... Você recebe a chamada a dizer ‘10 minutos estou aí’, se levanta, toma um banho, se prepara, vai para a sala e nada... é uma frustração” (E8). Estas características do trabalho sexual de apartamento parecem, pois, ser causadoras de desgaste psicológico para estes/as TS.

Além disto, outra fonte de *stress* relaciona-se com a incerteza relativamente aos clientes desconhecidos. Os/as TS nunca sabem “quando e que cliente vai chegar, tenho medo, fico aflito porque não sei para quem estou abrindo a porta, se é um assaltante, alguém que tem uma doença...” (E8).

Os/as TS têm consciência que o trabalho sexual é uma atividade desvalorizada e recriminada socialmente e cuja reação social leva muitas vezes a situações de estigmatização e de exclusão. Isto, segundo eles, tem repercussões na forma como são tratados, sendo alvo de discriminação em situações do dia a dia, como, por exemplo, quando pretendem arrendar uma casa ou no local que escolhem para trabalhar.

Outras repercussões, ao nível individual, dizem respeito à autoestima, à interiorização do estigma e da imagem de si mesmos como desviantes – “As pessoas não vêem com bons olhos esta atividade e até nós próprios nos questionamos se é uma coisa correta de se fazer, pois há um certo preconceito a nível social e até psicológico” (E5) – e ao sentimento de vergonha.

Em suma, para estes entrevistados, a atividade de sexo comercial, tal como qualquer outra, reveste-se tanto de aspetos positivos, como de negativos.

Quanto à percepção dos/as entrevistados/as sobre se o sexo comercial deve ou não ser encarado como um trabalho, todos os TS que inquirimos defendem que a prostituição deve ser vista como uma profissão. Segundo eles/as a prestação de serviços sexuais é uma atividade profissional, uma estratégia de inserção socioeconómica com intuito de obter recursos financeiros para custear as despesas do quotidiano.

Além de considerarem que é um trabalho, notámos ainda uma tentativa de representar esta prática como um trabalho como outro qualquer. Tal percebe-se, por exemplo, nas seguintes afirmações:

Vejo o meu trabalho como normal, como qualquer outro, não vejo diferença. (E4)

É um trabalho útil, tanto da parte do homem como da mulher, porque é uma necessidade de todos (...) Não tem problema nenhum e acho um absurdo uma pessoa que trabalha nisso, falar que não trabalha. A pessoa tem de dar valor àquilo que faz. (E4)

No meu trabalho, eu tenho hora para começar e tenho hora para terminar. Para mim é um trabalho como outro qualquer... e uma das profissões mais antigas do mundo. (E7)

A designação de cliente à pessoa que contrata os seus serviços sexuais é comum para todos os TS, o que contribui para reforçar o carácter comercial envolvido nas relações que são estabelecidas.

Relativamente ao posicionamento sobre a legalização do trabalho sexual, somente um dos TS entrevistados se opôs a esta possibilidade por “não conseguir conceber a importância de legalizar uma atividade que sempre existiu e sempre vai existir” (E3). Os restantes que tomaram uma posição indicam considerar que esse seria um passo importante para que pudessem ter os mesmos direitos que os restantes trabalhadores/as.

iii. Relações com os/as clientes

A maioria dos clientes é homem, embora existam também casais e mulheres, mas em menor número, que procuram os serviços sexuais pagos destes TS. Apenas três dos entrevistados relataram já ter sido procurados por mulheres sós, apesar de afirmarem que existem várias mulheres que telefonam mas que, depois, não aparecem. O mais habitual é que as mulheres clientes surjam em casal heterossexual, seja para troca de parceiro, seja para terem relações sexuais a três. Vejamos as seguintes afirmações dos entrevistados a este respeito:

De cada 50, uma mulher liga e ela não vem. Quando vem, é o marido que traz (...) é o marido que traz para fazer um swing... para ver a mulher com outra pessoa. Alguns querem que eu faça aos dois... ou a mulher tem uma tara em ver ele *mamar* ou ele tem uma tara em ver a mulher ser *comida no rabinho*... (E1)

Há poucas... Parte feminina, eu tenho aí 30%. (E4)

Os três TS que já tiveram experiências com mulheres clientes relatam situações diferentes. E1 diz que uma vez atendeu uma mulher que o contratou porque havia sido alvo de uma situação de infidelidade por parte do marido com uma prostituta e, como forma de se sentir compensada, procurou ela própria um prostituto. Na mesma linha explicativa, E4 conta que parte das mulheres casadas que o procuram para ter sexo o fazem por terem algum problema com o marido, seja ele relacional ou sexual. Já outras mulheres que o procuram sozinhas, caracteriza-as como sendo mulheres que se autoavaliam de forma negativa, seja em termos físicos ou relacionais. Vejamos o seu discurso a este respeito

As sozinhas que me procuram são aquelas mulheres que têm algum preconceito consigo mesmas. Umhas têm a mama muito pequena, outras têm alguma deficiência física, outras se acham muito feia, acham que não são capazes de conquistar um homem ou uma mulher... As mulheres casadas quando têm um problema com o marido, por exemplo, quando o marido é impotente em algum sentido, ou há aquelas que

procuram só para conversar e que têm problema afetivo, mas nem tanto sexual.

A experiência de E2 é um pouco diferente. A única cliente do sexo feminino que teve até ao momento, uma mulher na casa dos 30 anos, apresentou como razão para o ter procurado a vontade de ter a experiência de sexo pago que decidiu propiciar a si mesma no dia do seu aniversário.

Quanto aos clientes homens, as suas características e motivações não são homogêneas. Vão desde os que procuram somente a satisfação das suas necessidades sexuais, àqueles que procuram companhia e afeto preferindo conversar e conhecer os/as TS. Apesar desta diversidade, os discursos dos/as TS entrevistados apontam como característica comum os comportamentos de risco dos clientes, que, muito frequentemente, pedem para ter sexo desprotegido.

As relações que se estabelecem entre clientes e TS não se limitam à compra e venda de serviços sexuais, desenvolvendo-se diferentes tipos de relações com diversos graus de afeto: “Há amizade, vamos jantar, vamos sair, vamos passar uma tarde juntos (...) há clientes que convidam para ir jantar ou tomar café, e estou ali como amigo porque tem pessoas que se tornam amigos (E3), “Uns querem namorar, outros querem casar, outros querem viajar” (E8). Assim, as relações com os clientes podem inclusive, em alguns momentos, assumir configurações de romance que passam incluir outras práticas que habitualmente não são realizadas, como, por exemplo, as trocas de beijos e carícias.

O envolvimento afetivo e o prazer sexual que podem obter numa situação dessas pode mesmo levar a que o pagamento seja flexibilizado em determinados casos. Por exemplo, E3 diz que por vezes nem cobra as saídas com os clientes pelo facto de serem pessoas agradáveis com quem gosta de estar. Similarmente, E6 contou-nos uma situação na qual gostou de ter relações sexuais com o cliente e que, por isso, recusou o pagamento.

iv. Exigências e competências profissionais

Ao ouvirmos os/as TS falar sobre o seu trabalho percebemos que este exige uma série de saberes, de práticas e de competências específicas.

Em primeiro lugar, a questão da negociação com o cliente. Esta passa por, antes de mais, explicar ao cliente que serviços praticam e quais os seus valores e condições. Os TS deixam claro que, antes do cliente chegar, ainda durante a negociação ao telefone, elucidam os potenciais clientes, sobre todas as questões relacionadas com o serviço sexual e deixam bem claro quais os seus preços e condições, designadamente a obrigatoriedade de praticarem sexo protegido. E4 e E8, por exemplo, referem que, ainda no atendimento do cliente por telefone, esclarecem que não negociam o uso do preservativo, o que pode ter como consequência que o cliente vá procurar outro TS ou desligue o telefone.

Assim, parecem ser os TS quem define a troca sexual comercial, pois os parâmetros em que decorre e as práticas efetuadas são decididos por si. De facto, é o trabalhador/a do sexo que define o preço, as regras comportamentais e todas as restantes questões: “Eu mando com certeza (...) Sim, quanto, o que fazemos, o uso do preservativo...” (E8).

Em segundo lugar, as exigências emocionais e psicológicas do negócio implicam competências que ajudem a lidar com elas de forma eficaz. As exigentes experiências do trabalho sexual obrigam a uma gestão eficiente para que os/as TS consigam manter o seu equilíbrio emocional:

Se eu não for forte do lado de cá, não consigo passar para a outra pessoa (...) A pessoa entra e eu tenho de abrir um sorriso e eu nunca sei quem vai estar do outro lado...isso é um choque muito grande, o choque da realidade. (E1)

As pessoas acham que é só chegar e está tudo bem e não é bem assim... Comigo tem de haver uma preparação psicológica porque nem toda a gente que aparece na minha frente eu acho agradável. (E3)

Em terceiro lugar, o desenvolvimento e uso de estratégias comerciais que têm como intuito agradar os clientes, de forma a tornar o ato satisfatório

para estes e aumentar a probabilidade de eles voltarem e, dessa forma, garantir que os seus lucros se mantêm. Os excertos a seguir demonstram o uso destas estratégias:

Querendo ou não, tenho de fazer bem porque vou puxar o meu dinheiro do mês. Se eu não fizer bem, ele não vai voltar. Eu tenho de fazer o meu papel, eu tenho de ser profissional (...) Eu tenho de ser o mais simpático com toda a gente e querendo ou não se torna uma coisa mais agradável (...) tento em poucos minutos ter uma química de você estar à vontade comigo para sentir vontade de voltar. Cada cliente que chega, cada pessoa diferente. (E3)

Se hoje vier uma pessoa ter comigo e eu tratar bem, ela vai voltar amanhã (...) eu posso beijar sim, carinho e assim eu faço, pois tem de saber como tratar a pessoa bem. Eu não tenho preconceito não (...) fico tempo, tempo, tempo ali e falo 'oh não está a dar mesmo'. (E4)

Sou muito carinhosa, muito profissional... Eu não digo 'ai, tá fedendo para caralho', não eu digo, 'meu amorzinho, vamos à casa de banho lavar bem gostoso?' (E7).

Tais atos implicam que os TS representem emoções e comportamentos que transmitam ao cliente a ideia de que estão a ter prazer com o serviço efetuado.

Por fim, salientam algumas exigências que o papel de trabalhador do sexo requer, nomeadamente a criatividade ("Temos de ser um bocado criativos e não sermos só submissos ou ter essa passividade" - E5); a flexibilidade ("Saber acompanhar o cliente em qualquer momento, seja na conversa ou no sexo" - E7) e o empenho ("Para você prosperar no seu trabalho tem de o fazer com paixão e com vontade porque por dinheiro você só vai até um certo nível" - E4).

v. **Relações afetivas**

Quando se fala em relacionamentos afetivos, os discursos dos entrevistados evidenciam alguma dificuldade em conjugar as relações afetivas não comerciais com a atividade sexual comercial. Esta dificuldade é atribuída, essencialmente, a dois aspetos: ciúmes e rejeição por parte da outra pessoa por esta ser uma atividade estigmatizada. E1 relata que teve uma relação amorosa com uma trabalhadora do sexo que não resultou por causa dos ciúmes: “No início era giro, mas no final... ou acabava isto ou acabava o namoro e acabou o namoro...”. E5 também é da opinião que a atividade sexual comercial interfere na vida afetiva, pois considera difícil tanto ter um relacionamento com alguém escondendo que é trabalhador do sexo, como dizer à pessoa o trabalho que desempenha. Assim, quando antevê a possibilidade de relacionamento afetivo com alguém, opta por ter um comportamento de afastamento, antes de ter um envolvimento mais aprofundado, para evitar ser confrontado com essa difícil situação de esconder ou ter que contar. E4 partilha igualmente da ideia de que as relações comerciais têm impacto no estabelecimento de relacionamentos afetivos. Por oposição, E8 tem um relacionamento estável e considera que a existência de ciúmes neste tipo de relacionamentos é normal, tal como acontece em todas as relações.

Quando optam por esconder a atividade, seja por causa do estigma ou porque receiam que o/a companheiro/a tenha ciúmes, os/as TS desenvolvem formas de gerir o segredo. A parceira de E4 descobriu recentemente que ele fez um filme pornográfico e a sua opção foi explicar que isso não tinha nada que ver com a prostituição, encobrindo que é prostituto.

Por outro lado, há situações em que são os relacionamentos afetivos que interferem no desempenho do trabalho sexual. Por exemplo, E1 prometeu à sua parceira atual que só faria atendimentos a clientes do sexo masculino de forma a minimizar os ciúmes desta. Similarmente, a companheira de E3 também não aceita que ele tenha relações sexuais comerciais com clientes mulheres.

Subjacente a estes comportamentos está a associação que as suas companheiras fazem entre o desempenho do sexo comercial e a traição. Ora,

para alguns dos entrevistados, o trabalho sexual não é percebido como infidelidade devido ao seu carácter profissional. Para estes, sendo o propósito do sexo comercial apenas monetário, ele está dissociado do prazer sexual e do afeto e, logo, da infidelidade - “Não acho que estou traindo...o que eu faço é completamente diferente uma coisa da outra. Para mim não existe prazer (E4), “Eu consigo diferenciar totalmente o sexo do amor” (E7).

vi. Saúde, riscos e violência

Foi nosso propósito conhecer as noções de saúde para poder interpretar os comportamentos de risco ou preventivos, quer na dimensão da atividade comercial, quer na dimensão íntima-afetiva.

Nas entrevistas analisadas, todos os/as TS referiram utilizar sempre o preservativo como método preventivo para evitar contrair IST nas relações sexuais comerciais. De acordo com os entrevistados, este são utilizados quer nas relações sexuais anais, quer nas orais, quer ainda nas vaginais, no caso de serem mulheres clientes. Contudo, os mesmos entrevistados admitem abrir exceções, como, por exemplo, com clientes habituais, sobretudo no caso do sexo oral, como forma de os compensarem pela regularidade. Isto mostra-nos que os limites podem ser ressignificados em função da relação estabelecida, ao mesmo tempo que funcionam como uma estratégia com o objetivo de cativar clientes e, conseqüentemente, incrementar o negócio da venda dos seus serviços sexuais.

Nos relacionamentos sexuais não comerciais ou afetivos constata-se um maior número de comportamentos de risco. A maioria dos sujeitos nega utilizar preservativo, quer nos relacionamentos com parceiros esporádicos, quer nos relacionamentos íntimos afetivos. E2 relata que tem muitos mais cuidados com os clientes do que com os “engates” e que, nestes casos, nunca usa o preservativo nas relações sexuais orais. E4 diz que nunca utiliza preservativo com a namorada, até porque acha que, se quisesse usar, ela não aceitaria e ia achar que tinha motivos para desconfiar de alguma coisa.

Porém, a não utilização de preservativo nas relações sexuais não comerciais não está isenta de riscos, sendo nestas que, muitas vezes, o perigo se coloca. O caso de E7 ilustra bem esta ideia, pois ela é seropositiva e foi contaminada por um namorado, afirmando que nunca, nem mesmo excepcionalmente, teve relações sexuais desprotegidas com um cliente. Esta acrescenta ainda que conhece outros casos de transexuais que contraíram o VIH da mesma forma que ela.

Alguns/mas TS, no entanto, dizem não diferenciar entre relações sexuais comerciais e relações sexuais não comerciais no que se refere à utilização do preservativo e que o usam sempre sem exceção.

Para além das estratégias de minimização de danos no que concerne à saúde, podemos ainda verificar o uso de estratégias de gestão de riscos com o propósito de prevenir a violência e vitimação de que podem ser alvo. Uma dessas estratégias é não beber, nem consumir substâncias psicoativas que possam alterar a consciência e torná-los mais vulneráveis à violência por parte dos clientes. Outras estratégias passam por ter cuidados quando se deslocam a casas de clientes, fazendo-o, por exemplo, apenas com clientes já conhecidos ou assegurando-se que a morada fornecida pelo cliente é real e/ou que o hotel existe. Alguns também deixam informações, como a morada, com alguém de sua confiança que pode atuar no caso de algo correr mal. Igualmente, quando atendem clientes em sua casa têm que ter cuidados, sobretudo se trabalham sozinhos. Uma das estratégias para que o cliente pense que o/a trabalhador/a está acompanhado de mais pessoas, quando está só, é fechar algumas portas e colocar som nos compartimentos, por exemplo, de um televisor.

Contudo, dois dos entrevistados, salientam que, mais importante do que este tipo de estratégias, é a negociação com o cliente que se revela fundamental para evitar situações de violência- “Se a gente mostrar as coisas que queremos de uma forma bem sociável, não há confusão” (E7).

vii. **Percepções sobre os projetos e técnicos de redução de riscos**¹⁴

A relação estabelecida entre os/as TS e os projetos de redução de riscos acarreta para aqueles vários benefícios. Desde logo, os/as TS realçam a oportunidade de obterem preservativos e outros materiais de forma gratuita, mas também a possibilidade de conseguirem informações em diversas áreas. Como diz E8:

Eu acho fixe porque leva até às pessoas conhecimento, informação...porque há pessoas que estão aqui que eu vejo e que não têm orientação nenhuma (...) Há certas coisas que ele falou comigo que eu não sabia, que eu não tinha informação. (E8)

De facto, os contactos presenciais e sistemáticos que são estabelecidos permitem construir uma relação de confiança, criando um espaço propício à clarificação de mitos e à avaliação de comportamentos, mas também à minimização do sentimento de isolamento social. As avaliações que fazem sobre o trabalho das ONG nos contextos de trabalho sexual são muito positivas e os/as TS salientam as capacidades técnicas e humanas dos profissionais. O seguinte excerto é um bom exemplo dessas apreciações:

Acho fantástico. Sabia que havia alguns grupos de apoio a profissionais de sexo, mas é um trabalho notável e que acho essencial para estes grupos minoritários devido a esta mesma solidão e ao facto de este trabalho ser um bocado marginalizado. É uma ajuda, é um ponto de apoio e que permanece, sabe-se que não é só a distribuição de preservativos, pode-se ter consultas de psicologia, acompanhamento social e de dia a dia... estão preocupados para saber se a pessoa está bem, se surgiu algum problema... isso é muito importante (E5).

¹⁴ Embora alguns do/as TS possam ser abrangidos por mais do que um projeto de intervenção e por outro/as técnico/as, estas percepções referem-se sobretudo ao projeto HOSHO e àquele que foi o seu principal interventor, o mediador social.

O destaque dado às qualidades humanas e, em especial, à ajuda na resolução de problemas que pareciam difíceis de solucionar é também enunciado pelos/as TS, tal como explica E7:

Olha eu acho que é algo de muita dedicação, porque ele é muito prestativo, ele explica...eu acredito que ele é um profissional como eu, eu acho que ele adora o que ele faz. Ele é maravilhoso, porque eu para conseguir pegar os remédios fiquei mais de 4 meses. E ele ajudou, ele resolveu tudo para mim... e eu já tinha ido à associação X. e não resolveu nada e ele em três tempos fez tudo, agradeço muito dele...

Além do mais, salientam que a abordagem feita, para além de ser educacional, fornecendo conhecimentos e competências aos TS, é também centrada no indivíduo, trabalhando com estes em função de si próprios, responsabilizando-os e permitindo o seu desenvolvimento. Como sintetiza E4: “Informação nesse caso é consciencializar mas não passar a mão na cabeça”, o que parece ser um reconhecimento duma abordagem que não é meramente assistencialista, mas empoderante.

Conclusões e notas finais

A quantidade e a qualidade dos dados patentes nesta investigação estão bem evidenciadas e foram discutidas ao longo deste relatório. A sua pertinência e atualidade foram também, já, enunciadas na parte introdutória deste trabalho. Cumpre, agora, para finalizar, salientar alguns dos resultados que parecem mais relevantes.

Os TS de apartamento da zona da Grande Lisboa que integraram esta investigação têm um conjunto alargado de características sócio demográficas, no que respeita ao sexo, à orientação sexual, à identidade de género, à escolaridade, à idade e à nacionalidade, sendo que, no caso destas duas últimas, há um predomínio dos/as jovens estrangeiros/as. A diversidade também se encontra patente no que resulta da análise das entrevistas aprofundadas, designadamente quanto às trajetórias de vida dos/as entrevistados/as, pois estas incluem múltiplas experiências, percursos e motivações.

O motivo principal pelo qual iniciaram e se mantêm no trabalho sexual é económico, tendo, no entanto, sido indicadas outras motivações, embora menos expressivas. Este motivo é igualmente evidente nas entrevistas, sendo que, através destas, compreende-se que a necessidade financeira ou o desejo de ganhar mais dinheiro surgem em situações diversas e associados a distintos fatores que não são necessariamente económicos.

De salientar que, no que concerne à razão de entrada no sexo comercial, apenas uma das inquiridas refere que foi coagida a fazê-lo, o que contraria alguns dos discursos tradicionais sobre a prostituição que identificam a entrada na prostituição como resultado da falta de liberdade de escolha e de ação. Ainda mais, tratando-se de uma amostra maioritariamente constituída por imigrantes e de, tantas vezes, ser feita uma equivalência entre migrantes no comércio do sexo e vítimas de tráfico e exploração sexual, este dado adquire ainda maior relevância na medida em que desconstrói essa identificação que parece, desta feita, não ter consistência empírica – o que, aliás, foi já evidenciado em outras investigações (e.g. Alvim, 2013; Oliveira, 2011; Ribeiro *et al.*, 2008, em Portugal ou, pela proximidade cultural e geográfica, Oso, 2006, na Galiza, em Espanha).

O trabalho sexual é visto pelos/as TS como tendo aspetos positivos e negativos, o que pode resultar em ambivalência, incoerência e contradições. Nas entrevistas, que pelo seu carácter melhor captam os sentidos dos atores, esta ambivalência surge bem patente, notando-se um contraste nos seus discursos. Se, por um lado, fazem referência à auto-estima e à auto-valorização decorrentes da atividade sexual comercial, por outro, enunciam a vergonha e a desvalorização que lhes surgem associadas. Como afirmamos em outro trabalho (Oliveira, 2011), estas incoerências têm a sua raiz na reação social negativa ao trabalho sexual. Os TS confirmam que, entre outras, a grande vantagem da sua atividade é económica, mas sentem de forma severa o estigma que lhes é atirado, os insultos que lhes são dirigidos e os riscos que correm. É este estigma que justifica que, quando recorrem a um profissional de saúde, grande parte dos inquiridos oculte sempre ou quase sempre a sua atividade, o que nos parece merecedor de redobrada atenção pelas consequências adversas que daí podem advir.

O trabalho sexual de apartamento não implica habitualmente uma carreira na prostituição, pois a permanência na atividade tem em média uma duração baixa, contudo, envolve uma mobilidade territorial, seja entre cidades ou entre países, que podem estar relacionados com a grande quantidade de imigrantes presente no trabalho sexual atual.

As novas formas e contextos do sexo comercial e as recentes maneiras de publicitação destas práticas, que estão patentes nesta investigação, evidenciam ainda uma grande autonomia e controlo sobre as condições de trabalho dos profissionais do sexo. Apenas 1/5 de todos os inquiridos são geridos por terceiros, sendo que os restantes trabalham de forma autónoma ou em cooperativa - o que está em consonância com outras pesquisas, tanto em Portugal (e.g. Oliveira, 2011; Ribeiro *et al.*, 2005), como em outros contextos (Vanwesenbeeck, 2001).

Um dos aspetos negativos liga-se com o impacto que este trabalho pode ter na saúde. O sexo comercial é desempenhado a tempo integral por $\frac{3}{4}$ dos TS, que aí despendem muitas horas diárias e muitos dias por semana. Para alguns dos TS que participaram nesta investigação, este trabalho é mesmo desempenhado 24 horas por dia (26,4%) e sete dias por semana (quase metade deles). Além disto, muitos dos TS trabalham no mesmo local em que

vivem. Ainda mais, esta é uma atividade que se qualifica por grandes níveis de *stress* que estão, em grande parte, associados às características da negociação com os clientes (quer porque ela é constante, quer porque é, durante longas horas, ausente) ou à incerteza de saberem se o cliente vai aparecer como combinado e que qualidades terá. Estas especificidades obrigam a que os TS treinem estratégias para lidar com as situações mais stressantes, o que pode não evitar completamente repercussões negativas na sua saúde psicológica e emocional.

Também nos merece uma referência a percepção de isolamento e a falta de apoio social percebido, o que, de novo, remete para a importância dos projectos de proximidade e da sua intervenção. Apesar disto, há um outro conjunto de dados relevante e, além do mais, pouco habitual, que parece compensar estes: aquele que se relaciona com as atividades de tempos livres e que indica diversidade, riqueza, inserção sócio-cultural e... normatividade.

No que respeita às práticas de saúde, os níveis de recurso aos serviços e as elevadas taxas de utilização do preservativo nas relações sexuais comerciais parecem indicar preocupação e cuidados adequados. No que concerne aos migrantes, há uma percentagem expressiva que não está inscrita no SNS, o que não significa que não tenham preocupações de saúde pois estes procuram os serviços de saúde privados. Há, no entanto, um dado que deve ser ponderado: a quase totalidade dos migrantes que não estão inscritos no SNS nunca tentou fazê-lo. Ficamos a conhecer as dificuldades enunciadas pelos TS migrantes a este respeito e a importância que as ONG podem ter na ajuda a este processo. Entre os obstáculos, o desconhecimento e a inércia, parece-nos de concluir pela necessidade de continuar a intervir neste domínio dando um contributo para a garantia dos seus direitos.

Os/as TS inquiridos consideram-se relativamente bem informados quanto às questões de saúde, mas, dada a experiência que têm com os seus clientes, que indica que estes tentam praticar sexo desprotegido, identificam estes como precisando de melhorar os seus conhecimentos e mudar as suas atitudes e práticas face ao sexo mais seguro. Tal também parece ser de levar em consideração quanto se pensam os alvos da prevenção.

A mais baixa frequência com que utilizam preservativo nas relações sexuais não comerciais, parece indicar que o maior perigo de contração de

doenças pelos profissionais do sexo estará nas relações sexuais com companheiros ou com clientes regulares (Warr & Pyett, 1999), pois percepções de risco menos elevadas encontram-se ligadas a situações íntimas e afetivas (Murray *et al.*, 2006).

Por fim, parece-nos que, mais importante do que *apenas* ficar a conhecer o fenómeno, poderão ser as reflexões e as indicações para a intervenção que daqui podem decorrer. Assim, reitera-se a necessidade de continuar a intervir numa lógica de redução de riscos e de educação para a saúde junto de TS de apartamento e seus clientes. Vários dados o justificam:

- A mobilidade e a novidade que faz com que estejam sempre a chegar pessoas *novas* ao trabalho sexual – o que também foi evidenciado na introdução, quando referimos as recentes alterações decorrentes da crise económica;

- A falta de conhecimentos e de consciência do risco por parte dos clientes;

- A evidência de mais baixas taxas de utilização do preservativo com parceiros ocasionais e estáveis;

- A falta de direitos dos migrantes, que são a maioria de entre os que fazem trabalho sexual de apartamento;

- O estigma que impede o exercício da cidadania e a inclusão;

- E, finalmente, o isolamento em que parte dos/das TS se encontra e a violência e o risco a que estão sujeitos/as e que podem ser comprometedores tanto da sua saúde física, como do seu bem-estar psicológico e emocional.

Referências bibliográficas

- Adler, P. A. & Adler, P. (2006). The deviance society. *Deviant Behavior*, 27, 129-148.
- Alvim, F. (2013). 'Só muda a moeda'. Representações sobre tráfico de seres humanos e trabalho sexual. Lisboa: ISCTE (Tese de doutoramento não publicada).
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Barroso, C. (2013). *Dentro de Portas - Trabalhadores do sexo em contexto de interior: utilização e acesso a serviços de saúde na área da infeção VIH/Sida*. (Dissertação de mestrado). Lisboa: Escola Nacional de Saúde Pública.
- Bernstein, E. (2007). Sex work for the middle class. *Sexualities*, 10, 4, 473-488.
- Coelho, B. (2009). *Corpo adentro: Prostitutas acompanhantes em processo de invenção de si*. Lisboa: Difel.
- Coutinho, J. (2012). "Intervenção e redução de riscos no trabalho sexual em Portugal: as representações dos técnicos interventores". (Dissertação de mestrado). Porto: FPCEUP.
- Couto, M. (2009). "«Prostituta enquanto mulher»: Estudo exploratório sobre as relações privadas de mulheres que se prostituem". (Dissertação de mestrado). Porto: FPCEUP.
- Cruz, F. I. S. (1841). *Da prostituição na cidade de Lisboa*. Lisboa: Typ. - Lisbonense.
- Dias, S., Mendão, L., Cohen, G., Rego, I., Gama, A, Fernandes, R., Trindade, S., Fuertes, R., Simões, D. & Esteves, J. (2011). *PREVIH: Infecção VIH/sida nos grupos de homens que têm sexo com homens e trabalhadores sexuais: prevalência, determinantes, intervenções de prevenção e acesso aos serviços de saúde*. Lisboa: IHMT-UNL/ACS/GAT.

- EUROPAP/TAMPEP (2001). Cuidar da saúde. Desenvolver serviços para as pessoas que se prostituem na Europa. Lisboa: Coordenação do Projecto EUROPAP em Portugal – Consulta de Doenças Sexualmente Transmissíveis do Centro de Saúde da Lapa, Administração Regional de Saúde.
- Ferreira, L. (2012). A prostituição no discurso mediático: uma análise da sua representação na imprensa escrita”. (Dissertação de mestrado). Porto: FPCEUP.
- Gaffney, J., Velcevsy, P., Phoenix, J. & Schiffer, K. (2008) Practical guidelines for delivering health services for sex workers. Amesterdão: Foundation Regenboog AMOC and Correlation Network.
- GAT (s/ data). Notas sobre a prevenção do VIH, ISTs e saúde sexual dos homens que têm sexo com homens. Disponível em: http://www.gatportugal.org/media/10/File/activismo/HomensTemSexoComHomens/folheto_hosho.pdf (18.10.2012)
- Kelly, K. & Van Vlaenderen, H. (1995). Evaluating participation processes in community development. *Evaluation and Program Planning*, 18 (4), 371-383.
- Manita, C. & Oliveira, A. (2002). Estudo de caracterização da prostituição de rua no Porto e Matosinhos. Porto: CIDM.
- Murray, L., Moreno, L., Rosario, S., Ellen, J., Sweat, M., & Kerrigan, D. (2007). The role of relationship intimacy in consistent condom use among female sex workers and their regular paying partners in the Dominican Republic. *AIDS Behaviour*, 11, 463 – 470.
- Oliveira, A. & Mota, A. M. (2012). Implementação e avaliação de um modelo de educação de pares para trabalhadores(as) do sexo. Relatório final da supervisão científica. Porto: FPCEUP.
- Oliveira, A. (2004). As vendedoras de ilusões. Estudo sobre prostituição, alterne e «strip tease». Lisboa: Editorial Notícias.
- Oliveira, A. (2008). O mundo da prostituição de rua: trajectórias, discursos e práticas. Um estudo etnográfico. Porto: FPCEUP (Dissertação de Doutoramento).

- Oliveira, A. (2011). *Andar na vida. Prostituição de rua e reacção social*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, A. & Coelho, B. (2010). As prostitutas não são coisas que se metam na cama. Subjectividade e poder em acompanhantes e prostitutas de rua. In A. Dornelas, L. Oliveira, L. Veloso & M. D. Guerreiro (Orgs.) *Portugal invisível*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Oso, L. (2006). Mulleres inmigrantes e prostitución en Galicia. Disponível em: www.pensamientocritico.org/lauoso0904.htm (06.09.2006)
- Overs, C. & Longo, P. (2002). *Haciendo el trabajo sexual seguro*. Córdoba: Facultad de Psicología, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina.
- Parsons, J. T., Koken, J. A. & Bimbi, D. S. (2004). The use of the Internet by gay and bisexual male escorts: sex workers as sex educators. *AIDS Care*, 16, 8, 1021-1035.
- Ramalho, N. (2012). *Corpos visíveis e identidades invisíveis: Pessoas transgénero em contexto de prostituição de rua*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa (Tese de doutoramento em curso).
- Ribeiro, M., Silva, M.C., Schouten, J., Ribeiro, F. B. & Sacramento, O. (2008). *Vidas na raia. Prostituição feminina em regiões de fronteira*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, S. (2001). *As fronteiras das ambivalências. Controlo e poder institucionais sobre a prostituição feminina*. (Dissertação de mestrado). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- TAMPEP (2009a). TAMPEP VIII Newsletter, 2, Novembro de 2009.
- TAMPEP (2009b). *Sex work in Europe: A mapping of the prostitution scene in 25 European countries*. Amesterdão: TAMPEP. Disponível em <http://tampep.eu/documents/TAMPEP%202009%20European%20Mapping%20Report.pdf> (18.10.2012).
- Vanwesenbeeck, I. (2001). Another decade of social scientific work on sex work: a review of research 1990-2000. *Annual Review of Sex Research*. Disponível em :

http://www.findarticles.com/p/articles/mi_qa3778/is_200101/ai_n8932379

(13.3.2007).

- Warr, D. & Pyett, P. (1999). Difficult relations: sex work, love and intimacy. *Sociology of Health & Illness*, 21 (3), 290-309.

- Weitzer, R. (2005). New directions in research of prostitution. *Crime, Law & Social Change*, 43, 211–235.

